

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

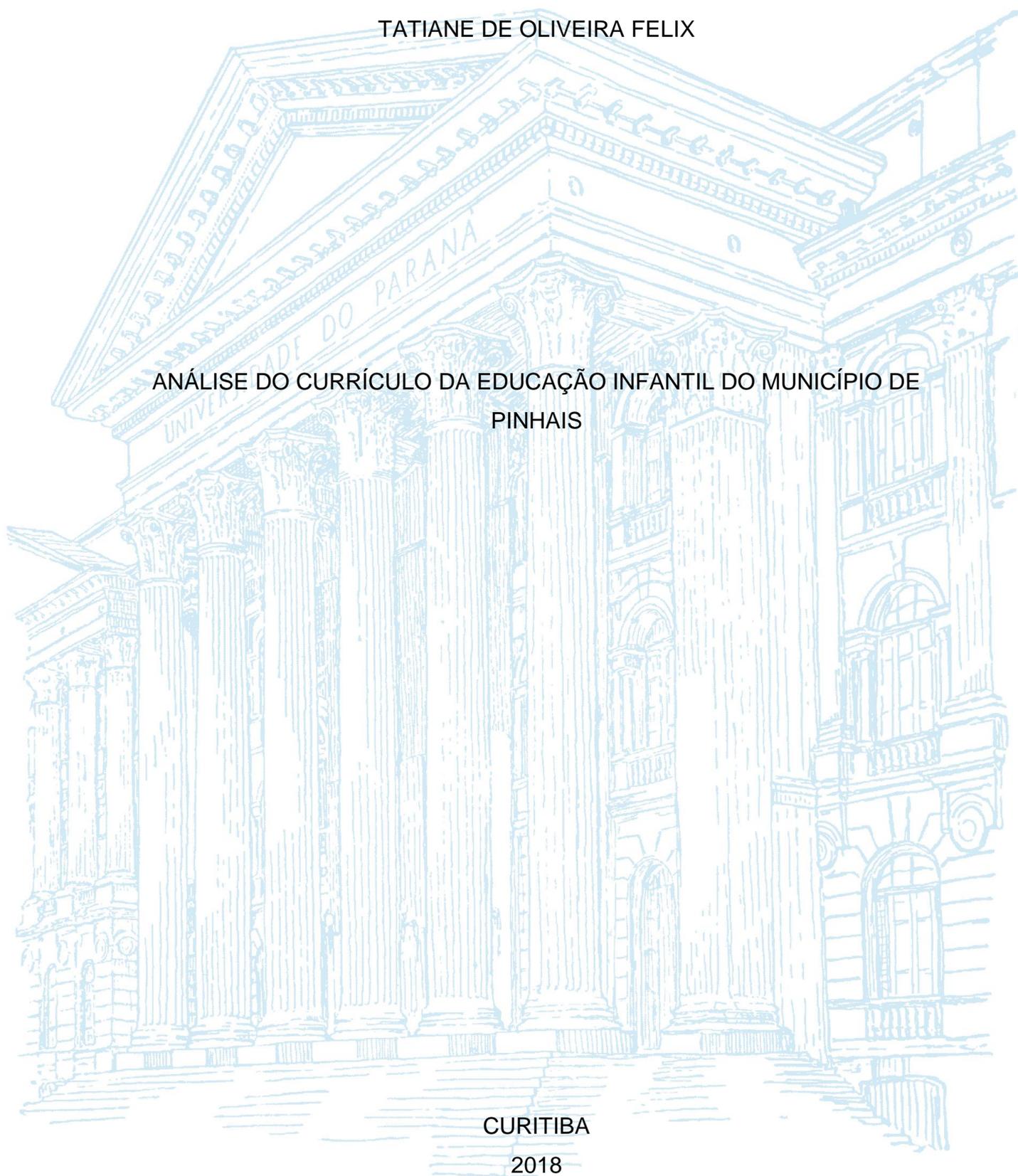
CAMILA DIAS DA CRUZ CILENTO

TATIANE DE OLIVEIRA FELIX

ANÁLISE DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
PINHAIS

CURITIBA

2018



CAMILA DIAS DA CRUZ CILENTO
TATIANE DE OLIVEIRA FELIX

ANÁLISE DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
PINHAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Scalabrin Coutinho

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Mais uma fase das nossas vidas chega ao fim, mas também acreditamos que é só o começo. Finalizamos o curso de Pedagogia, um sonho alcançado. Começo de uma nova etapa para apresentar ao mundo o que aprendemos durante esses cinco anos de aprendizado.

Em todo esse tempo vivenciamos a amizade e o companheirismo desde o início, formamos uma dupla fiel que se completa. A honestidade e o respeito foram pilares que sustentaram essa amizade.

Mas, para chegarmos até aqui também precisamos da ajuda de muitos. Nossos familiares que nos incentivaram a fazer o vestibular. Encorajaram-nos e acreditaram que éramos capazes.

Nossos pais que não nos deixaram desistir em tempos de greve e dificuldades externas. Nossos esposos que souberam agir com paciência e atenção quando mais precisamos.

Aos professores que tanto se dedicaram e proporcionaram momentos de grandes aprendizagens e vivências essenciais para a nossa formação.

Em especial agradecemos à Professora Ângela, nossa orientadora, sempre querida e acolhedora, nos ajudou, incentivou e nos provocou para que pudéssemos sempre conhecer mais.

Às crianças que estão à nossa volta, nos dando carinho e mostrando que vale a pena lutar por elas e acreditar que é nelas que está nosso futuro.

Agradecemos uma à outra, por suportar os momentos de fraqueza, escutar os desabafos em tempos de crise, lembrar conceitos e valores que às vezes nos falham a memória.

Agradecemos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram durante este período, pessoas que passaram e deixaram sua marca em nossas vidas.

Mas acima de tudo agradecemos imensamente à Deus, que sempre esteve à frente no guiando e nos acompanhando durante todo esse processo, nos dando saúde, fortalecendo a nossa fé e nos agraciando com os dons que nos deste e que pudemos lapidá-los até aqui.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”

(FREIRE, 1996)

RESUMO

O trabalho apresenta a importância da educação infantil como primeira etapa da Educação Básica voltada para o desenvolvimento da criança de maneira integral e como esse processo foi se consolidando no nosso país. Através de um olhar crítico analisamos a Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais, com o objetivo de identificar a perspectiva de educação infantil presente na mesma e a concepção de criança defendida pelo Município e como o mesmo trata esta etapa. O trabalho foi desenvolvido a partir do estudo documental baseado na teoria de Bardin (2009) sobre análise de conteúdo. Estabelecemos quatro momentos, inicialmente fizemos o levantamento do histórico da educação infantil no Brasil, em seguida selecionamos e analisamos documentos sobre o tema currículo, na sequência formulamos questionamentos e revimos os objetivos, por fim apresentamos nossas ponderações sobre os pontos positivos e negativos do documento analisado levando em consideração nossos estudos durante o período da graduação, os quais fundamentaram a nossa formação, assim como o levantamento de referenciais específicos sobre o tema. Como resultados, concluímos que a proposta apresenta aspectos sobre a diversidade social, valorizando as produções culturais e em alguns momentos a diversidade relacionada às diferenças das crianças que frequentam esta etapa da educação básica. Valoriza concepções presentes na DCNEI, bem como o conceito de criança e a garantia de acesso, porém apresenta a educação infantil como etapa preparatória ao ensino fundamental, orienta a realização de avaliações de forma coletiva, entendendo a criança como pertencente ao meio e não analisando e levando em consideração as suas características e produções próprias.

Palavras chave: educação infantil; currículo; proposta pedagógica

ABSTRACT

The work presents the importance of early childhood education as the first stage of Basic Education aimed at the development of the child in an integral way and how this process was consolidating in our country. Through a critical eye we analyze the Curricular Pedagogical Proposal of the Municipality of Pinhais, with the objective of identifying the perspective of preschool education present in the same and the conception of the child defended by the Municipality, and how it treats this stage. The work was developed from the documentary study based on Bardin's theory (2009) on content analysis. We established four moments, initially we surveyed the history of early childhood education in Brazil, then we selected and analyzed documents on the subject of curriculum, following the questions and reviewed the objectives, finally we present our considerations about the positives and negatives of the analyzed document taking into account our studies during the period of graduation which underpinned our training. As results, we conclude that the proposal presents aspects on social diversity, valuing cultural productions and at moments the physical diversities of the children who attend this stage of basic education. It values conceptions present in the DCNEI, as well as the concept of children and the guarantee of access, but presents the child education as a preparatory stage to elementary education, carries out evaluations collectively, understanding the child as belonging to the environment and not analyzing and taking into account their own characteristics and productions.

Keywords: early education; curriculum; pedagogical proposal

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE PINHAIS	27
--	----

LITA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTRUTURA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE PINHAIS.....	28
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	13
2.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	14
2.2 CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
3 O ENTRE LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE PINHAIS.....	25
3.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MÚNICIPIO DE PINHAIS.....	27
3.1.1 A ESTRUTURA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR	27
3.1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES	32
3.1.3 FUNDAMENTOS DA PROPOSTA.....	33
3.2 UMA PROPOSTA QUE RECONHECE A EDUCAÇÃO INFANTIL	35
3.3 UMA PROPOSTA QUE TRATA A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ETAPA PREPARATÓRIA	36
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE 1 – LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES	50

1 INTRODUÇÃO

Pensando na importância da infância e sabendo que a educação nessa idade deve ser tratada como base para o desenvolvimento humano, pois pertence à primeira etapa da Educação Básica, voltada ao desenvolvimento integral da criança, a escola/CMEI é direcionada a fornecer uma educação de qualidade baseada em princípios e objetivos orientadores, contemplados em uma proposta pedagógica curricular.

Escolhemos o município de Pinhais como campo para a realização deste trabalho por conhecermos a rede e por termos outros vínculos com o município. Uma de nós é moradora de Pinhais desde criança, frequentou a rede pública do município durante toda a vida escolar, trabalhou como estagiária em uma escola municipal durante dois anos. A outra é moradora de Piraquara, cursou a formação de docentes, realizou estágio durante dois anos e trabalha no município no cargo de educadora¹ há três anos.

Nós, enquanto profissionais da Educação Infantil, pensamos em analisar a proposta pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil de Pinhais a fim de compreender os seus objetivos e aprofundar o tema. A pertinência da pesquisa se situa no fato de estarmos vivendo um momento intenso quanto aos debates sobre o currículo para a Educação Básica, onde se encontra a Educação Infantil.

Segundo Kramer (1997, p.19) “a proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada.” Ou seja, essa proposta deve ser constituída de realidade, vivências e valores de toda uma comunidade, onde a escola está situada, ela deve ser uma ferramenta de trabalho aberta a modificações e que permita a criticidade para enfrentamento de problemas e promova ricas experiências educativas às crianças.

Por outro lado, segundo Sacristán (2000), o uso do termo currículo é recente, considerando o seu significado em outros contextos culturais e pedagógicos em que o seu sentido é utilizado, porque conta com uma maior tradição. Em alguns

¹ Termo utilizado na Rede Municipal de Ensino de Pinhais para os servidores com Formação mínima em nível médio que atuam nos Centros Municipais de Educação.

dicionários o termo foi considerado pertencente à classe pedagógica há pouco tempo, e em outros não é considerado como conceito pedagógico.

Sacristán (2000) nos revela que o currículo, tido como prática, se estabelece a partir de “comportamentos” que podem ser classificados como políticos, administrativos, econômicos, didáticos, de criação intelectual, supervisão, produção de meios ou avaliação. E que estes são reflexos da prática da escola, e não de uma realidade externa.

Através desta ideia, é possível considerar o termo currículo e proposta pedagógica como sinônimos. Ambos são resultados de um trabalho que ocorre dentro do ambiente escolar, bem como são também estruturantes do mesmo e orientam a prática pedagógica, a diferença que existe é de uma rede, instituição para outra, quanto à nomenclatura.

Entretanto, analisando o Parecer CNE/CEB Nº. 20/2009 (BRASIL, 2009, p. 6) é possível observar no documento os dois termos não são tratados como sinônimos, sendo que as expressões utilizadas são projeto pedagógico e proposta pedagógica, pelo fato de que o conceito currículo estar associado a moldes das demais etapas da educação básica. O mesmo documento apresenta que proposta pedagógica é considerada como plano orientador de ações a serem desenvolvidas no interior das instituições. E a partir da sua execução é que se estabelece o currículo para a educação infantil.

Assumimos o termo currículo como sinônimo de proposta pedagógica, pois entendemos que é necessário enfrentar a questão e construir um currículo com as especificidades da Educação Infantil, sem desconsiderar que ela é a primeira etapa da Educação Básica. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como finalidade estudar o currículo de Educação Infantil do município de Pinhais, a partir da seguinte questão: qual a perspectiva de educação infantil presente na proposta pedagógica curricular de Pinhais?

Enquanto objetivos, delimitamos a análise da perspectiva de Educação Infantil presente na proposta pedagógica, assim como se os objetivos da proposta consideram os direitos e necessidades das crianças.

A proposta se organiza em fundamentação teórica e metodológica inicialmente onde estão elencadas algumas orientações legais baseadas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seguida apresenta a educação em oito eixos, os quais contemplam conteúdos próprios e objetivos que correspondem ao tema descrito nos eixos.

Trata-se de um estudo documental, baseado na análise de conteúdo de Bardin (2009), que trouxe grandes contribuições para a elaboração deste trabalho. A autora em seu livro “Análise de Conteúdo” descreve que a análise de conteúdo está dividida em três fases, 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento de resultado, inferência e interpretação.

Para esta pesquisa a pré-análise mostrou-se fundamental, esta é composta pela

escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Estes três fatores, não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos ou inversamente o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, «abertas», por oposição à exploração sistemática dos documentos. (BARDIN, 2009, p.95-96).

Desta forma, a primeira atividade, segundo Bardin (2009), é a leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos a fim de analisar seu conteúdo.

Sendo assim, em um primeiro momento, fizemos o levantamento de alguns documentos oficiais brasileiros que regem à educação infantil, na sequência dos documentos referentes ao tema escolhido para a análise, tomando como ponto partida a Proposta Pedagógica Curricular de Educação Infantil do Município de Pinhais e documentos de fundamentação teórica relacionados ao tema.

A segunda atividade é a escolha dos documentos, para isso se faz necessário a definição do objetivo central, assim a seleção dos documentos segue o critério de qual melhor fornece as informações sobre o problema levantado.

Após este procedimento, entramos na atividade três, a formulação das hipóteses e dos objetivos. Aqui são levantados questionamentos a serem verificados através da análise e definidos objetivos a serem atingidos durante este processo.

Bardin (2009, p. 98) ressalta que

as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. Por outro lado, não é obrigatório ter-se como guia um corpus de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efectuam-se «às cegas» e sem ideias pré-concebidas.

Neste momento, vale destacar que iniciamos esta pesquisa do zero, sem hipóteses formadas. Ou seja, hipóteses foram formuladas e algumas descartadas durante o processo de leituras dos documentos selecionados.

Bardin (2009, p. 62) afirma que “uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos a verificar”, sendo assim, durante as leituras mais aprofundadas dos documentos selecionados, levantamos suposições através de questionamentos, que ao longo da análise serão submetidos a comprovações.

Por fim, a construção de indicativos, através da análise e elaboração de críticas, que fundamentem a interpretação e os resultados da pesquisa.

A lista dos documentos levantados na pesquisa para a realização deste trabalho está disponível no apêndice e aqueles selecionados serão apresentados e analisados ao longo do texto.

Na estruturação do trabalho iniciamos com um histórico do currículo da Educação Infantil, com embasamento teórico, analisando os documentos bases desta etapa da Educação Básica, em seguida foi explorada a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do município de Pinhais, referente à Educação Infantil, com o intuito de bem conhecê-la. Depois de conhecer e aprofundar o tema, analisaremos a PPC de forma a observar como esta contempla a Educação Infantil.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Com a finalidade de melhor compreender o currículo de Educação Infantil do Município de Pinhais, faz-se necessário esboçarmos conceitos chave do tema, destacando, em um primeiro momento a obra Documentos de Identidade de Tomaz Tadeu da Silva, por sua imensa contribuição ao tema Currículo, e logo após como a Educação Infantil se desenvolveu em nosso país e compreender como o currículo foi sendo implementado nessa etapa.

2.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo é muito mais do que uma forma de definir e organizar os conteúdos a serem ensinados na escola, ele carrega em si, toda uma cultura social de um determinado momento da nossa civilização. Desta forma, o currículo vai se moldando conforme o contexto histórico surgindo assim teorias para fundamentá-lo. Podemos destacar três teorias curriculares: a tradicional, a crítica e a pós-crítica.

Os teóricos do currículo tradicional, como por exemplo Bobbitt, defendiam que a escola operasse da mesma maneira que uma indústria, onde o sistema escolar deve começar estabelecendo objetivos, esses objetivos devem ser baseados nas habilidades exigidas para efetivar de forma eficiente as funções profissionais. Este modelo de Bobbitt tinha como lema a eficiência, para ele a educação deveria funcionar conforme os princípios da administração de Taylor.

De acordo com Silva (2011) os modelos tradicionais não se preocupavam em questionar a forma social dominante, mas somente preocupavam-se com a organização e elaboração do currículo. As teorias críticas começaram a questionar o estado atual das coisas, e responsabiliza-las pelas injustiças e desigualdades sociais. Para estas teorias o importante era desenvolver conceitos que possibilitassem a compreensão do que faz um currículo.

A teoria crítica de currículo defende a emancipação da classe trabalhadora através do conhecimento como uma libertação social. Também traz à tona a questão da ideologia descrita por Althusser, onde a conservação de uma sociedade capitalista depende da reprodução da força de trabalho e os meios de produção e também de seus aspectos ideológicos. A sociedade capitalista não permaneceria sem a existência de instituições responsáveis em assegurar que não fosse questionada a atual situação das coisas, isso era possível através do convencimento, da ideologia e da força.

A produção e propagação da ideologia acontecem através de aparelhos ideológicos da sociedade, e uma delas é a escola, por atingir toda a população por um longo período de tempo. A escola atua de forma ideológica através do currículo, direta e indiretamente como, por exemplo, as disciplinas de História e Geografia, nas quais se é mais propenso a disseminação de crenças sobre as estruturas sociais. Aliás, a ideologia possui caráter discriminatório, pois ela tende a manter as pessoas

de classe baixa à obediência e submissão e as de classe alta aprendendo a controlar e dominar.

A teoria crítica faz uma análise das relações de poder por trás do currículo, ou seja, quais os interesses de classes sociais ele expressa, questionamentos sobre a desigualdade social, a neutralidade de conhecimentos, a hegemonia dos conhecimentos científicos, não mais enxergar essas relações sociais de poder entre dominador e dominado como naturais e sim como construídas, o que ensinar e por que ensinar.

Já a teoria pós-crítica não só critica o currículo, mas também procura encontrar respostas para estes questionamentos acima. Esta teoria trabalha com o multiculturalismo, trazendo as questões de identidade do sujeito, gênero, raça, etnia, inclusão e diversidade. Seu foco está em quem ensina e não somente em conteúdo.

De acordo com Silva (2011), as teorias pós-críticas nos ajudam a compreender os processos de dominação através das questões de raça, gênero, etnia e sexualidade, antes entendida pela teoria crítica como relações exclusivamente de classe social.

Desta forma,

[...] A concepção de identidade cultural e social desenvolvida pelas teorias pós-críticas nos tem permitido estender nossa concepção de política para muito além do seu sentido tradicional – focalizando nas atividades ao redor do estado. (SILVA, 2011, p.146).

Não podemos pensar que os processos de relação de poder e dominação de classes baseados na economia estão extintos, muito pelo contrário, estão cada vez mais visíveis, consequências do processo de globalização, onde uma pequena parcela de países que detêm grande parte das riquezas mundiais explora economicamente países mais frágeis.

As teorias pós-críticas podem nos ter ensinado que o poder está em toda a parte e que é multiforme. As teorias críticas não nos deixam esquecer, entretanto, que algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras do que outras. (SILVA, 2011, p.147)

Silva (2011) nos diz que através das teorias críticas aprendemos que o currículo é um espaço de poder, pois os conhecimentos ali descritos carregam em si marcas permanentes das relações sociais de poder, reproduzindo culturalmente os

sistemas sociais, tendo um papel crucial na reprodução das classes da sociedade capitalista.

Através das teorias críticas percebeu-se que o currículo é uma construção social, ou seja, é resultado de processo histórico de um determinado período de tempo, onde os conflitos e disputas sociais consolidou o currículo.

É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não. (SILVA, 2011, p.148)

As teorias pós-críticas destacam que o currículo precisa de uma análise das relações de poder para ser compreendido. Para esta teoria, o poder está descentrado, está disseminado por toda a sociedade.

Ao contrário do que diz as teorias críticas, de que o poder está centralizado nas relações econômicas, as teorias pós-críticas dizem que o poder é estendido, de forma a incluir os processos de dominação de raça, gênero, sexualidade, raça e etnia.

Sendo assim, como Silva (2011) descreve, o currículo deve ser assistido de forma diferente, visto que ele possui significados para além das teorias tradicionais. “O currículo é lugar [...], é relação de poder, [...] é trajetória, [...] é autobiografia, [...] é documento. O currículo é documento de identidade”.

2.2 CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Paula (2015) o atendimento das crianças de zero a seis anos até os anos 60, era caracterizado por duas concepções diferenciadas, aquelas crianças pertencentes a uma classe social baixa e filhas de operários tinham a vaga assegurada em unidades denominadas creches, nas quais o atendimento possuía um caráter assistencialista, destinado a práticas de higiene e cuidado com o corpo bem como a segurança da criança.

Entretanto, os filhos de classe alta frequentavam unidades destinadas à Educação Infantil, denominada jardim de infância, as quais tinham como objetivo a preparação para o ensino fundamental de forma integral.

Mesmo que ambas as instituições possuíssem características diferenciadas entre si, as duas educavam conforme seus princípios, mesmo sendo eles insuficientes ao que a criança necessitava, uma possuía perspectiva de submissão de classes, enquanto outra preparava para as etapas seguintes.

A partir dos anos 70, as instituições de Educação Infantil passaram a se caracterizar pela função compensatória, que segundo Kramer (1982) se baseava na ideia de que as crianças de classe popular obtinham baixo desempenho escolar por apresentarem algumas desvantagens na esfera social, essas desvantagens poderiam ser afetivas ou intelectuais, que deveriam ser compensadas pela escola através de métodos adequados, com o objetivo de diminuir as desigualdades do desempenho das crianças.

Nesse contexto histórico de necessidades e proposições, o currículo esteve voltado às práticas e atividades preparatórias para alfabetização, numa perspectiva tradicional, pois o principal pressuposto da educação compensatória era antecipar a escolarização nos moldes do Ensino Fundamental para garantir o bom desempenho escolar das crianças. (PAULA, 2015, p.30)

Já na década de 80, a Educação Infantil é ampliada em nosso país, com isso a discussão de um currículo próprio se faz necessário. Desta forma a Educação Infantil passa a ser caracterizada pela função pedagógica, em que as vivências e conhecimentos das crianças eram considerados.

As desigualdades sociais brasileiras afetam grandemente a Educação Infantil, principalmente em relação às crianças menores. Além das categorias de discriminação frequentemente destacadas como raça, classe, religião, gênero, localização onde reside (área urbana ou rural), não podemos esquecer da faixa etária.

As crianças menores de três anos, mesmo com o direito de suas vagas em creches assegurada por lei, são as que menos frequentam uma instituição de ensino.

Através da Constituição Federal de 1988 a Educação Infantil passou a ser reconhecida como direito de todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo dever do Estado e do Município garantir o atendimento de forma gratuita. Porém,

fica explicitado que na atual legislação brasileira nenhuma instância tem como prioridade atender a educação infantil já que à União ficou o ensino

superior, aos estados, o ensino médio e aos municípios, o ensino fundamental. Ou seja, a legislação insinua uma parceria entre municípios, estado e governo federal que acaba por diluir as responsabilidades em relação à educação infantil. (CERISARA, 2002, p. 330-331)

Desta forma a Educação Infantil fica em segundo plano, dependendo de uma colaboração entres os governos municipal e federal, para que a mesma seja ofertada com qualidade.

A partir de 1996, com a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, se estabelece “Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior”. (BRASIL, 2017, p. 17).

Quanto à Educação Infantil, define-se que

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 2017, p.9)

Sendo assim, a Educação Infantil passou a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica, a qual necessitou de uma ampliação no que se refere ao debate sobre seu caráter pedagógico.

Em relação às políticas públicas brasileiras para a Educação Infantil existe uma grande preocupação com a qualidade de oferta desta etapa da Educação Básica, sendo este um assunto recorrente a partir de 1993.

Segundo Artes e Unbehaum (2015) o MEC disponibiliza um documento chamado “Política Nacional de educação infantil: proposta” em 1993, um dos primeiros documentos das “Carinhas”, que destaca três pontos cruciais para a implementação de uma política para a Educação Infantil de qualidade, este mesmo documento foi elaborado após a publicação da Constituição de 1988.

São os objetivos imediatos da política de Educação Infantil:

1. Expandir a oferta de vagas para a criança de zero a seis anos;
2. Fortalecer, nas instâncias competentes, a concepção de educação infantil definida neste documento;
3. Promover a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas. (BRASIL, 1994, p.21)

O documento também discorre sobre as ações prioritárias para o alcance destes objetivos, são eles:

1. Definição e implementação, com as demais instancias competentes, de metas e estratégias de expansão e melhoria da qualidade da Educação Infantil;
 2. Eficiência e equalização no financiamento;
 3. Incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares, especialmente àquelas que visem à promoção da função educativa da creche;
 4. Promoção da formação e valorização dos profissionais de educação infantil;
 5. Promoção da integração de ações interdisciplinares e intersetoriais de atenção à criança;
 6. Criação de um sistema de informações sobre a educação infantil;
 7. Incentivo à produção de conhecimentos na área de educação infantil.
- (BRASIL, 1994, p.23-26)

Artes e Unbehaum (2015) destacam que desde 1993 o MEC vem preparando e disponibilizando diversos documentos que abordam a avaliação e a qualidade da Educação Infantil, além de variadas mobilizações, iniciativas e pesquisas, o que têm impacto na definição de currículos para essa etapa.

Segundo as autoras o desafio em implementar uma Educação Infantil democrática e de qualidade, não depende de melhoras dos documentos e normas, mas sim enfrentar essa divergência entre os ideais trazidos pelos documentos brasileiros e a real prática cotidiana, entre as propostas elaboradas e as condições sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade.

Outro documento importante para a Educação Infantil brasileira são os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, também parte da série das Carinhas, cuja a primeira versão é do ano de 1995 e foi reeditado em 2009. Este documento tem como foco

o atendimento em creche, para crianças entre 0 a 6 anos de idade. Na maior parte das creches, as crianças permanecem em tempo integral, voltando para suas casas diariamente. A creche, assim, caracteriza-se, quase sempre, pela presença de crianças menores de 4 anos e pelas longas horas que ali permanecem diariamente. Embora muitos dos itens incluídos apliquem-se também a outras modalidades de atendimento, como a pré-escola, a qualidade da educação e do cuidado em creches constitui o objeto principal do documento. Atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância, nos parece, nesse momento, o objetivo mais urgente. (BRASIL, 2009, p.7)

Percebendo essa necessidade de oferecer uma educação de qualidade e voltada ao público infantil, em um primeiro momento o documento lista alguns direitos que a criança tem ao frequentar uma creche e depois as políticas e programas para as creches.

Quanto aos direitos, são eles:

- Nossas crianças têm direito à brincadeira
- Nossas crianças têm direito à atenção individual
- Nossas crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante
- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza
- Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos
- Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (BRASIL, 2009, p.13)

Aqui é possível perceber que toda a organização tanto do espaço, quando do tempo na creche prioriza a criança e seus interesses, atendendo as suas necessidades e direitos.

Quanto às políticas, o documento (BRASIL, 2009) apresenta a necessidade de um orçamento específico que atenda as crianças e os profissionais de forma digna. Este orçamento deve prever as reformas e ampliações das creches, a compra e manutenção de equipamentos, materiais e brinquedos, itens de higiene e alimentação balanceada para todos promovendo um ambiente saudável, acolhedor e propício a aprendizagens.

Tanto o documento anterior que trata dos direitos, quanto o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998, propõe-se a abordar a dimensão pedagógica da Educação Infantil.

De acordo com o RCNEI (1998) a Educação Infantil tem como função promover o desenvolvimento integral da criança, a partir de dois princípios: cuidar e educar. Sendo que estes devem se complementar e não mais como antes serem

distintos dentro da Educação Infantil. Os princípios têm como objetivo fundamentar a Educação Infantil através de uma perspectiva de desenvolvimento integral.

Visto que, as crianças que compõem a primeira etapa da Educação Básica necessitam de um espaço para assim fazê-la, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) revela que

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (BRASIL, 1998, p.23)

O documento citado acima tem como função subsidiar o trabalho dos professores contribuindo com as políticas e os programas de Educação Infantil, bem como nortear as propostas pedagógicas municipais.

Por outro lado, este documento é muito criticado por professores, pois ele foi elaborado sem a participação daqueles que atuam na área, é de caráter mandatário diretivo, também não atende as necessidades específicas de cada região do Brasil. Estes podem ser demarcados como principais pontos que o diferem do documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, reconhecido pela área da Educação Infantil como uma importante referência para a elaboração de propostas para as crianças de 0 a 5 anos.

Ainda na perspectiva de elencar os documentos que regem a Educação Infantil brasileira e nesse caso mais diretamente os currículos nessa etapa, apresentamos aqui características das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) do ano de 2009, que é articulada com as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e, portanto, seguem a mesma concepção. São direcionadas a orientações pedagógicas e políticas e elencam os direitos que as crianças têm com relação à matrícula e permanência nas unidades destinadas à esta etapa.

Segundo as DCNEI (2009), as crianças têm a obrigatoriedade de estarem matriculadas em unidades de Educação Infantil, a partir dos 4 anos de idade até os 6 anos completos. A garantia de vaga não depende de nenhum requisito. Sua permanência é garantida e sua frequência não tem é pré-requisito para o ensino fundamental.

Ainda em relação às DCNEI (2009), o período de permanência diária na unidade depende do horário de funcionamento da mesma, podendo ser um período de 4 horas mínimas diárias, ou ser atendida por tempo integral, num período igual ou maior que 7 horas diárias.

Sobre a concepção de currículo, as DCNEI revelam que é o:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (DCNEI, 2009, p.12)

A partir da definição de diretrizes gerais, no ano de 2010, aconteceu o 1º Seminário Nacional do Currículo em Movimento, um evento que reuniu diversos textos sobre currículo, sendo 11 artigos sobre a Educação Infantil, 10 sobre o Ensino Fundamental, 5 sobre o Ensino Médio e 2 sobre avaliações das Propostas Curriculares dos Estados e Municípios.

Ao que diz respeito à Educação Infantil, o evento apresenta documentos que abordam diferentes aspectos do cotidiano, estabelecendo um diálogo entre as Diretrizes e os professores.

O documento Currículo em movimento (2010), revela que a proposta de formular o currículo para a Educação Infantil ainda gera muitos debates, pois os profissionais da área ficam receosos de aceitar esta nomenclatura, foi elaborado então o documento com nome de projeto pedagógico, o qual contempla as orientações e metas para os professores, de como trabalhar as dimensões que constituem a Educação Infantil com as crianças, e é a partir deste projeto que se propõe a organização do currículo nas instituições de Educação Infantil.

A criança e suas características são o centro dos recursos utilizados para a construção do currículo, entre elas estão a família, a relação entre os familiares, a moradia e suas condições, a alimentação, vestimentas, relação das crianças com os colegas de sala, a situação em que a criança dorme, se possuía rotina em casa ou não, se recebe carinho dos seus responsáveis entre outras.

Também é valorizada a cultura que a criança produz, como dito anteriormente, a criança produz cultura à todo instante, suas produções artísticas, sejam elas desenhos, modelagens, dobraduras, canções e outras formas, são

recursos que a criança utiliza para comunicar ao mundo como ela o enxerga, portanto é a cultura que ela está produzindo.

Segundo o Currículo em movimento (2010), as DCNEI discriminam um conjunto de princípios que devem ser usados para a produção do currículo, sendo eles:

- Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (OLIVEIRA, 2010, p.7)

Através dos princípios acima descritos o currículo deve respeitar entre outras práticas: o interesse das crianças e suas manifestações, a valorização e o respeito à diversidade, o acesso às crianças com dificuldades de locomoção, a garantia de acesso a todos,

Por fim o documento fala sobre a avaliação. Esta deve ser processual, acompanhando o desenvolvimento da criança e observação dos comportamentos dos envolvidos. Devem ser considerados os recursos que foram utilizados nas atividades propostas, pois às vezes a criança não realiza a atividade por medo ou vergonha de não saber fazer, por não conhecer o recurso e isto pode prejudicar o seu envolvimento na proposta.

A definição de um currículo para a Educação Infantil é assunto controverso, tendo em vista que há por parte de estudiosos, políticos e militantes da área diferentes posicionamentos sobre a sua necessidade. Nesse contexto, a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil ocorreu mediada por muitos debates e questionamentos.

Nesse sentido, é importante lembrar que:

“as discussões sistematizadas sobre o currículo da Educação Infantil iniciaram aproximadamente cinco décadas (final de 1970) após o início da constituição do campo do currículo no Brasil. Os responsáveis foram pesquisadores e profissionais da Educação Infantil, pois os teóricos do campo curricular não se dedicaram a pensar e discutir essa etapa da Educação Básica. No período em que as discussões sobre o currículo da Educação Infantil se iniciaram, o campo curricular no Brasil estava fortemente caracterizado pelas teorias tradicionais e os estudos provenientes das teorias críticas do currículo estavam apenas sendo iniciados no país.” (PAULA, 2015, p. 92)

O documento atual da BNCC já foi publicado, ele foi construído e revisado com a intenção de direcionar as aprendizagens educacionais e possibilitar o acesso à educação às crianças, jovens e adultos a partir de uma referência nacional que contemple todas os eixos e objetivos que devem ser repassados aos alunos através das atividades propostas.

De acordo com o documento, ele possui um compromisso com a educação brasileira com o intuito de estabelecer um caráter afetivo, acolhedor, de respeito e reconhecimento para com as crianças.

A princípio a Educação Infantil não estava incluída na BNCC, pois não possuía obrigatoriedade de ensino, “a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos.” (BNCC, 2017, p.34). Tal mudança fortaleceu a defesa da presença da Educação Infantil na base.

A BNCC (2017) revela que são garantidos, às crianças da Educação Infantil, seis direitos de aprendizagens, sendo eles: conviver com diferentes pessoas, de diferentes idades, favorecendo o conhecimento de si e dos seus pares; brincar em diferentes espaços e situações, o que irá lhe favorecer o conhecimento do meio onde vive e sua cultura, bem como ampliar a sua criatividade e imaginação; participar de forma ativa nos diferentes espaços onde convive inclusive o da escola o que irá lhe favorecer o desenvolvimento da linguagem; explorar as possibilidades do seu corpo e do ambiente proporcionando a ampliação do conhecimento de mundo através da cultura; expressar seus sentimentos e opiniões; conhecer-se de maneira pessoal fazendo uma imagem positiva de si.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, p. 34)

A BNCC (2017) estabelece cinco campos de experiências, definindo os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento.

- Eu, o outro e nós: objetiva a convivência entre os pares, no que resultará na maior compreensão da criança sobre as diferenças entre ela e os outros.
- Corpo, gesto e movimento: este campo de experiência visa promover a saúde do corpo através de brincadeiras e movimentos fazendo o uso da dança, música e teatro.
- Traços, sons, cores e formas: convívio, produção e manipulação de diversas possibilidades de representação artística individual e coletiva.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação: contato com a cultura escrita, experiência com a literatura infantil e outros gêneros literários, diálogo com outras crianças proporcionando uma compreensão da linguagem escrita.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: favorece o contato com o espaço físico social e pessoal, bem como a noções matemáticas.

Destacamos que os direitos de aprendizagem e os campos de experiência são tidos como importantes e articulados às diretrizes, no entanto a delimitação de objetivos de aprendizagem acaba por definir pontos de chegada que não precisariam constar em um documento nacional, pois cabe às professoras, a partir de cada contexto específico, fazer escolhas sobre as experiências a serem propostas às crianças e quais são os objetivos que estarão relacionados a elas.

3 O ENTRE LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE PINHAIS

A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) vigente no Município de Pinhais foi reformulada a partir do ano de 2010 e publicada em 2013, após estudos sobre as concepções de infância e respeito com a criança, educação, atendimento em creches e pré-escolas, entre outras concepções que sofreram transformações.

Anterior a esta Proposta, a vigente era do ano de 2005, baseada nos conteúdos estabelecidos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998).

A reformulação da PPC do Município de Pinhais teve início com a Gerência de Educação Infantil e a Secretaria de Educação promovendo estudos sobre “respeito de quais são as concepções, valores, ideias, objetivos e desejos existentes em relação a organização, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico da Educação Infantil, bem como estabeleceu um roteiro norteador para a reelaboração deste documento” (PINHAIS, 2013, p. 19)

Com as discussões ampliadas, se constituiu uma comissão composta por diversos profissionais da educação: diretores, pedagogos, professores e educadores, para mediar a conversa entre a comissão e os demais profissionais da rede. Segundo o documento, as ideias desenvolvidas nestes momentos de estudo se voltavam às conversas e trocas de experiências conforme as faixas etárias que os educadores e professores atuavam, com a intenção de reelaborar os conceitos descritos na proposta quanto à adaptação dos educandos, organização do tempo e espaços, relação família-escola, uso de tecnologias e literatura dentro do ambiente escolar da Educação Infantil, entre outros.

A Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais reformulada com o objetivo de deixá-la “flexível e dinâmica”, conta com uma estrutura capaz de se transformar juntamente com as mudanças externas de conceitos. O documento cita Kramer (1997) como embasamento desta flexibilidade, tal excerto da autora já foi citado nesse trabalho como base teórica, contudo o repetimos para destacar a intencionalidade do documento:

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala de um desejo, de uma vontade eminentemente política no caso de uma proposta educativa, e sempre humana, vontade que, por ser social e humana, nunca é uma fala acabada, não aponta “o” lugar, “a” resposta, pois se traz “a” resposta já não é mais uma pergunta. Aponta, isto sim, um caminho também a construir. (KRAMER, 1997 apud PINHAIS, 2013, p.20)

Portanto, observa-se que a proposta pedagógica de Pinhais tem a intencionalidade de que o documento seja construído a partir de sua utilização, que mesmo depois de impresso e entregue às unidades, ele ainda possa sofrer mudanças, pois como a citação apresenta, a educação é um caminho, podendo haver dificuldades no decorrer deste processo, e que estas sejam sanadas.

3.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MÚNICIPIO DE PINHAIS

Nessa seção apresentaremos a estrutura e o conteúdo da proposta pedagógica.

3.1.1 A ESTRUTURA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

A PPC está organizada em um documento único, com 170 páginas, com texto, tabelas, capa colorida e fotografias das crianças nos CMEIs, sem legenda.

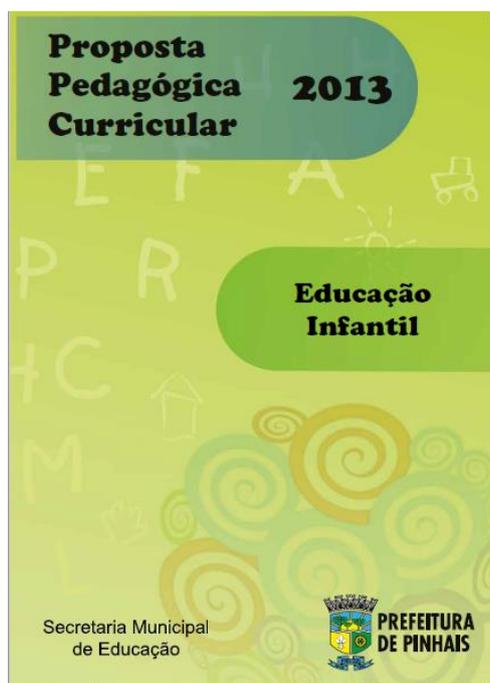


FIGURA 1

HISTÓRICO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	ESTRUTURA	
<p>Data: 2013</p>	<p>Concepções trabalhadas: Ao longo da proposta as concepções trabalhadas são: Infância, aprendizagem e desenvolvimento infantil, pedagogia histórico-critica, pedagogia de projetos, importância dos jogos e brincadeiras, organização de espaços e tempos, rotina pedagógica, avaliação na educação infantil e concepções de gestão democrática.</p> <p>Em seu desenvolvimento, analisa-se a presença de fundamentos filosóficos, pedagógicos e psicológicos.</p>	<p>Princípios norteadores da proposta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação de qualidade • Gestão Democrática e Participativa • Autonomia para Cidadania • Escola para Todos • Acesso, Permanência e Sucesso • Formação Integral do Educando • Qualificação Profissional • Respeito à Diversidade • Interações Significativas e Brincadeiras
<p>Processo: Durante o ano de 2010 foram feitos alguns estudos em reuniões com profissionais da educação a fim de reelaborar a Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais. O documento utilizado anteriormente foi elaborado em 2005 com base no RCNEI, e então se viu a necessidade de reformulação, pois as concepções nela trabalhadas haviam sofrido transformações.</p>		<p>Fundamentos da Proposta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Filosóficos • Fundamentos Pedagógicos • Fundamentos Psicológicos
			<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de Infância

<p>Participantes: Professores, educadores, diretores, pedagogos, comunidade escolar, gerência de educação infantil, juntamente com a Secretaria de Educação.</p>	<p>Concepções teóricas que norteiam a prática pedagógica na educação infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil • A Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Infantil • A Pedagogia de Projetos na Educação Infantil • A Importância dos Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil • Organização de Espaços e Tempos • Rotina Pedagógica • Avaliação na Educação Infantil • Concepções de gestão Democrática na Educação Infantil
	<p>Objetivos gerais para a educação infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidos de acordo com os princípios norteadores da proposta e suas concepções.
	<p>O trabalho com a diversidade na educação infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade cultural e biodiversidade • Diversidade em relação à orientação sexual • Diversidade étnico racial • Contato com crianças que possuem deficiência • Atendimento às ideias de heterogeneidade e de singularidade • Diversidade de soluções para um mesmo problema

		Organização do trabalho pedagógico nas instituições municipais que atendem à educação infantil	<ul style="list-style-type: none">• Adaptação na unidade de ensino• Organização do tempo pedagógico• Organização do espaço• Brincadeiras• O trabalho com a pedagogia de projetos• Tecnologia• Literatura infantil• Integração entre famílias e unidade de ensino• Avaliação e parecer descritivo
		Organização curricular: Eixos norteadores do trabalho Pedagógico	<ul style="list-style-type: none">• Construção da Identidade e Autonomia• Movimento• Oralidade e Relação com a Linguagem Escrita• Arte• Construção de Noções Matemáticas• Relação com o Mundo Físico e Natural• Relação com o Mundo Social e Histórico-Cultural• Filosofia

		<p>Organização curricular por eixos de trabalho e faixa etária (Incluindo orientações de encaminhamento metodológico, destinado aos educadores)</p>	<p>BERÇÁRIO E MATERNAL</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção da Identidade e Autonomia• Movimento• Oralidade e Relação com a Linguagem Escrita• Arte• Construção de Noções Matemáticas• Relação com o Mundo Físico e Natural• Relação com o Mundo Social e Histórico-Cultural <p>PRÉ ESCOLAR I e II</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção da Identidade e Autonomia• Movimento• Oralidade e Relação com a Linguagem Escrita• Arte• Construção de Noções Matemáticas• Relação com o Mundo Físico e Natural• Relação com o Mundo Social e Histórico-Cultural• Filosofia
--	--	---	--

Na sequência apresentamos os princípios e os fundamentos da proposta, no sentido de contextualizar as escolhas basilares, para então apresentar as categorias de análise.

3.1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES

O primeiro item descrito na proposta são os princípios norteadores, o qual é composto por Educação de qualidade, Gestão democrática e participativa, autonomia para cidadania, Escola para todos, Acesso, permanência e sucesso, Formação integral do educando, Qualificação profissional, Respeito à diversidade Interações significativas e Brincadeiras.

A educação de qualidade defendida pela Rede Municipal de Ensino de Pinhais condiz com a premissa de que “Conceito de qualidade é construído socialmente e baseado em valores” (PINHAIS, 2013, p. 28) valores estes encontrados nas esferas intra e extraescolares, sendo que a primeira é vista na organização do espaço escolar e a segunda no convívio social e familiar, socioeconômico e cultural da criança fora da unidade de ensino.

Segundo a PPC (2013), os aspectos mais relevantes para que a educação de qualidade seja construída são: a construção de uma proposta pedagógica flexível, o planejamento e organização de espaços educativos, definição objetiva de conteúdos, uso de recursos favoráveis que possibilitem a valorização da criança em sua diversidade, etc.

A gestão democrática e participativa revela que é necessária uma atuação ativa de todos os envolvidos neste segmento para que todos os demais princípios sejam cumpridos de forma satisfatória e que os objetivos sejam superados. É neste âmbito que se propicia a articulação da APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários a fim de fortalecer a relação escola-comunidade.

Sobre a Autonomia para Cidadania orienta-se que a criança possa ter contato com valores voltados a cidadania sobre solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência, práticas de diálogo e desenvolver capacidade de pensar sobre si mesmo.

Nos itens IV, V e VI, Escola para todos, Acesso, permanência e sucesso e Formação integral do educando, a orientação é complementar um ao outro. A proposta revela que uma depende da outra e se complementam, pois no item IV a educação é vista como direito de todas as crianças e que a escola deve atender à

todas as suas necessidades educativas, portanto, é necessário que o educando tenha uma garantia de acesso e permanência para que assim a sua formação seja de forma integral, conforme o que a Educação de Pinhais disponibiliza.

Sobre a qualificação profissional, “a formação continuada aparece associada ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores/educadores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar”. (PINHAIS, 2013, p. 32).

Orientada pela LDB, através do art. 13, inciso V, “se enuncia que os docentes incumbir-se-ão de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.” (PINHAIS, 2013, p. 33). Não está explícito no texto se os períodos voltados ao planejamento e avaliação correspondem ao 1/3 previsto em lei, ou seja, a chamada “hora atividade”.

A diversidade é contemplada como um dos princípios norteadores desta proposta e está relacionada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de abordagem, heterogeneidade e variedade. O objetivo é de orientar e apresentar as crianças as diferentes culturas existentes dentro de um ambiente escolar e que todos são diferentes nas características culturais, mas também são iguais frente aos seus direitos e deveres.

E finalizando os princípios, estão as brincadeiras e interações. Nesse item a Educação de Pinhais defende a ideia de que é através do mundo da imaginação da criança pequena que se estabelece os princípios éticos, políticos, sociais, respeito as diversidades, compromisso e responsabilidade e desenvolvimento cognitivo e psíquico.

3.1.3 FUNDAMENTOS DA PROPOSTA

A Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais faz uso de fundamentos filosóficos, pedagógicos e psicológicos para subsidiar as concepções nela trabalhadas.

Através dos fundamentos filosóficos é possível observar que

os princípios filosóficos no campo educacional propiciam por meio de suas modalidades a oportunidade de sondar, refletir e analisar a realidade, possibilitando a intervenção nesta. A filosofia e pedagogia, formuladas

teoricamente, devem se refletir em práticas sociais e históricas, se com elas se pretende produzir efeito sobre o homem individual ou coletivamente. (PINHAIS, 2013, p. 36)

Frente ao desafio de estabelecer uma relação entre a criança e a sociedade, a Educação de Pinhais se dispõe, através dos princípios filosóficos, a contribuir na compreensão da transformação social através das vivências cotidianas e das filosofias de Paulo Freire sobre o homem ser sujeito da própria história, Niskier a partir da filosofia educacional, e Saviani com a pedagogia revolucionária.

Os fundamentos pedagógicos são baseados na Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani, com a intenção de contribuir na transformação do conhecimento superficial para o que realmente tem significado (PINHAIS, 2013). Tal escopo será retomado mais a frente quando da análise do conteúdo da proposta.

Sobre o caminho a ser percorrido durante esse processo,

Entende-se neste contexto, que a educação no município de Pinhais, em sua função social, deve ter como ponto inicial e final a prática social do sujeito, que possibilita passar do conhecimento sincrético (visão fragmentada de mundo) para um conhecimento sintético (visão unificada), com uma nova postura mental e prática do conhecimento. Contextualizando assim, de forma dialética, a prática social do ser humano com o conhecimento científico historicamente produzido para tornar-se instrumento efetivo de transformação da realidade sócio-histórica. (PINHAIS, 2013, p. 37)

As contribuições psicológicas para a Educação Infantil apresentadas na Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais são baseadas nos estudos de Vygotsky, sobre a linguagem e desenvolvimento proximal, e Wallon a partir da representação e da emoção.

Sobre Vygotsky, a PPC segue a teoria de desenvolvimento proximal, na qual a criança se desenvolve a partir da transformação do desenvolvimento potencial em desenvolvimento real.

É no espaço escolar que a criança deve se apropriar ativamente dos conhecimentos acumulados e sistematizados historicamente pela humanidade, formulando conceitos científicos. A unidade de ensino tem um papel insubstituível nessa apropriação, pois, enquanto agência formadora da maioria da população deve ter intencionalidade e compromisso explícito de tornar acessível a todos os educandos o conhecimento. (PINHAIS, 2013, p. 39).

Perceptível é a presença da teoria sobre a linguagem apresentada por Vygotsky, que nos revela que é uma ferramenta que constitui o desenvolvimento da aprendizagem, e é por meio dela que a criança se comunica com o mundo.

E sobre Wallon, a proposta apresenta o conceito de que “a evolução mental não nasce das relações só entre indivíduo e a natureza física, mas também entre o indivíduo e a sociedade em que vive”. (PINHAIS, 2013, p. 40).

Sobre a citação acima, é possível observar a presença de uma fala sobre a imitação da criança em relação as atitudes das pessoas do meio em que vive. A imitação é uma forma de representação psicológica pela qual a criança exprime o próprio sentimento. Ela acontece em duas fases, passiva e ativa.

Contudo, destacamos a ausência de estudos e concepções próprias da Educação Infantil, como também estudos que enfatizem o processo histórico e social da infância e das crianças.

3.2 UMA PROPOSTA QUE RECONHECE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nessa seção destacaremos a categoria de análise com os dados que revelam uma articulação da PPC de Pinhais com a concepção de Educação Infantil presente nos documentos mandatórios como a LDB9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A PPC defende o conceito de infância no qual diz que a criança é um sujeito histórico e construtor de sua cultura, e que também agrega a cultura através do meio em que vive. Também faz menção ao que diz as DCNEI quanto à definição de criança, já citada nesse texto.

Sobre a LDB, como já mencionado, a Educação Infantil é apresentada como a primeira etapa da Educação Básica, a qual tem por objetivo educar de forma integral a criança de até cinco anos, visando o desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social somando as ações familiares e da comunidade.

Portanto, observa-se que a Proposta Pedagógica Curricular do Município de Pinhais, em sua primeira parte, foi embasada em dois documentos mandatórios base, a LDB 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o que revela a sua vinculação à uma concepção de Educação Infantil consensuada nacionalmente.

Ao longo da apresentação da PPC fortalece o conceito de criança e currículo de forma satisfatória e se apresenta flexível e dinâmica por diversas vezes.

Propicia uma educação de qualidade através de diversos eixos, entre eles um que diz respeito a diversidade, aspecto que estabelece um diferencial na proposta, pois revela que é preciso:

reconhecer que a base da diversidade nasce da construção histórica, cultural e social das diferenças e que esta é forjada por sujeitos sociais em processos de adaptação ao meio social e no contexto das relações de poder. Neste sentido, a instituição escolar tem como premissa o desenvolvimento de uma postura ética, consciente e coerente das marcas da diversidade nas diferentes áreas do conhecimento e no currículo como um todo, nos processos de produção e de seleção do conhecimento nele traduzido. (PINHAIS, 2013, p.34)

Portanto, estabelece a necessidade de trabalhar tal conteúdo em todas as etapas da Educação Básica, em especial na Educação Infantil. A PPC (2013) propõe que sejam trabalhados diferentes valores, saberes, linguagens, e representações de mundo.

Ainda sobre a diversidade, a Proposta Pedagógica Curricular (2013) diz que não é possível pensar em uma sociedade padronizada, pois é o inverso do que vivemos, e para isso sugere o trabalho com as crianças sobre: diversidade cultural e biodiversidade; diversidade em relação à orientação sexual; diversidade étnico-racial; contato com crianças que possuem deficiência; atendimento às ideias de heterogeneidade e de singularidade; e diversidade de soluções para um mesmo problema.

Os itens descritos acima são conceituados e embasados através de citações de autores que estudam sobre, e leis que visam a garantia de que estas sejam cumpridas, também são apresentadas como forma de sugestão de atividade para serem planejadas juntamente com o projeto estabelecido em sala.

3.3 UMA PROPOSTA QUE TRATA A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ETAPA PREPARATÓRIA

No corpo do documento há concepções teóricas para subsidiar o trabalho com a Educação Infantil. Sobre a concepção de infância, percebe-se que a Educação de Pinhais faz uma referência da Idade Média, à Phillipe Ariès, sobre

crianças como mini adultos, relembra que o foco da sociedade naquela época era a profissão da criança a partir dos sete anos, e que as meninas eram vistas como subordinadas. Pinhais (2013) também cita que a partir do século XVII com a interferência política, a criança recebia mais cuidados relacionados à higiene pessoal e saúde.

A PPC (2013) revela que a educação a partir de uma instituição de ensino só teve início no Brasil a partir de 1870. Também traz um histórico breve sobre as primeiras instituições de Educação Infantil, como foram vistas e chamadas.

A perspectiva teórica metodológica, nomeada no texto como transposição didática, adotada na Educação Infantil é a Pedagogia Histórico-Crítica defendida por Demerval Saviani, este mesmo autor desenvolveu o Método da Prática Social, contudo a proposta tem como base o autor João Luiz Gasparin e sua leitura dos cinco passos do método proposto por Saviani, sendo eles: a prática social inicial do educando, a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social final.

O primeiro passo é onde a criança apresenta o que ela já domina sobre determinado assunto, listando os conteúdos que serão desenvolvidos. No segundo passo, a problematização é a discussão sobre o que as crianças sabem e a descrição do problema a ser resolvido ao longo do projeto.

Em seguida temos a metodologia de como acontecerá o aprendizado em meio a esse processo. O quarto passo é a apropriação do conhecimento, quando a criança adquire conhecimentos novos. E por fim, a avaliação se dá com a prática social final, passo esse em que a criança apresenta a resposta da problematização e o que ela aprendeu.

Considerando os passos acima, nos questionamos como isso se dá com os bebês e as crianças pequenas? Fomos então analisar os conteúdos e objetivos propostos, buscando encontrar a valorização do que a criança já sabe e como ela chega à prática social final.

A proposta em seus objetivos para o berçário focaliza no corpo, estimulação motora e socialização, trazendo em seu texto a importância destes para o desenvolvimento integral da criança. Para isso os educadores são fundamentais, eles devem oferecer às crianças condições para tais atividades, mediando situações através de projetos.

A PPC (2015, p,103) traz alguns exemplos de atividades com os bebês como circuitos (túneis, labirintos) com diversos materiais (colchonetes, almofadas e

tapetes), oferecer brinquedos que possibilitem a sensibilidade corporal, faz de conta, brincadeiras cantadas e de movimento a fim de identificar partes do corpo, contato físico entre as crianças e danças. Como também um bom uso do espaço dentro de sala, disponibilizando diversos materiais (brinquedos, livros, tecidos, papéis, jogos de encaixe) para que as crianças possam manipular e sentir. Atividades de relaxamento e massagem, imitação de expressões faciais diante ao espelho proporcionando a construção da imagem corporal.

Desta forma,

os bebês podem ser incentivados a explorar, com progressiva autonomia e confiança, os diferentes desafios oferecidos pelo espaço, por meio de variadas formas de movimentos que possibilitam vivenciar sua mobilidade, desenvolver a linguagem corporal e capacidade motora, por meio de brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas, demonstrações de afeto, imitações, entre outros.(PINHAIS, 2013, p.104)

Ao analisar os objetivos e atividades propostas identifica-se que o documento apresenta as crianças como se fossem todas iguais e sugere que possuem o mesmo nível de aprendizado, não reconhecendo as suas diferenças e singularidades, e não revelando o percurso destes cinco passos, apenas temos a prática social final, ou seja, a ideia de processo aparece abreviada.

Vê-se diante desta análise, que a educação baseada na Pedagogia Histórico- Crítica, da forma explorada na rede de ensino do município estudado, não valoriza os eixos centrais da Educação Infantil, como as interações e as brincadeiras, entretanto, observa-se que caracteriza-se como apropriação do conhecimento, para o ensino fundamental, lembrando que o foco do estudo e da proposta pedagógica é a Educação Infantil.

A proposta,

traz uma nova maneira de pensarmos a construção do conhecimento na Educação Infantil, contribuindo na aprendizagem e desenvolvimento da criança de forma significativa e contextualizada, construindo princípios de autonomia, valorizando os diversos níveis já existentes, sendo impossível separar os aspectos cognitivos, psicomotores, emocionais e sociais tão importantes no desenvolvimento infantil. É importante considerar a história de vida da criança, seus modos de viver e suas experiências socioculturais. (PINHAIS, 2013, p. 51).

A fim de cumprir o que foi determinado pela PPC, a educação de Pinhais trabalha com a pedagogia de projetos, como maneira de interação entre o conhecimento, o educador e o criança.

Sobre a função dos projetos para a Educação Infantil Hernández e Ventura nos dizem que:

É favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p.61)

Os autores defendem essa concepção de ensino por ser baseada na articulação de conhecimentos e por não seguir uma ordem a fim de direcionar uma educação rígida, e sim flexível que atenda a heterogeneidade dos alunos.

Sobre a organização, Hernández e Ventura dizem que o projeto pode ter início com “a definição de um conceito, um problema geral ou particular, um conjunto de perguntas inter-relacionadas, uma temática que valha a pena ser tratada por si mesma... Normalmente, superam-se os limites de uma matéria.” (HERNÁNDEZ e VENTURA, 1998, p.61).

Utilizando a Pedagogia de Projetos é possível estabelecer uma rede de conhecimentos que contempla a maioria dos eixos em diversas atividades, proporcionando que o estudante possa ter uma ampla visão do mundo que o cerca. Podemos afirmar que, segundo a proposta, a pedagogia de projetos proporciona um maior incentivo às crianças deixando que elas participem da elaboração do mesmo segundo a sua curiosidade.

A proposta de pedagogia de projetos tem como base a concepção

da globalização entendida como um processo muito mais interno do que externo, no qual as relações entre conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p.63)

Por esse motivo, a instituição que se fundamenta nessa concepção, entende que a educação parte do estudante para o exterior, atingindo a sociedade, mas também tendo sentido inverso no início, pela questão da cultura que traz consigo.

Ainda que a concepção de projetos de Hernández e Ventura (1998) enfatize a interdisciplinaridade, o processo de aprendizagem e o conhecimento como algo

global, ela está mais voltada à educação escolar e não à Educação Infantil. Para compreendermos a especificidade do trabalho com projeto com as crianças pequenas recorreremos à experiência de Reggio Emilia. No livro as “Cem Linguagens da Criança” (1999) os autores descrevem que a abordagem de Reggio Emilia utiliza um modelo diferente dos comumente usados por professores em seus planejamentos, onde é escolhido um tema e determinado um período de duração específica, seguindo o calendário escolar ou o tempo que o professor achar necessário, mesmo que o projeto não tenha sido iniciado com as crianças. Já nos projetos desenvolvidos em Reggio Emilia não é estabelecido um limite de tempo, o projeto acontece evoluindo com seu próprio ritmo, não prevendo um resultado final, o que o torna mais atraente para as crianças e professores. Este modelo de projeto tem início com a criança, pois

o professor começa com observações cuidadosas dos interesses e questões das crianças, que então são desenvolvidos em experiências concretas de aprendizagem. Através da documentação, reflexão, repetição e revisão, as crianças são guiadas para experiências mais profundas. A abordagem de projeto está baseada em um modelo integrado, ligando a experiências das crianças, construindo conexões e relacionamentos dentro do mundo das crianças que as ajudam a extrair um sentido do ambiente. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p.255)

Os autores também destacam o “projeto de estudos em profundidade” (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999) definido como um projeto que se inicia através de uma ideia e evolui tendo um período longo de duração, este modelo parte da observação dos interesses das crianças, passa para as experiências concretas que oportunizem a aprendizagem e por fim novas ideias e atividades surgem através da reflexão sobre as experiências.

Escolher um tópico para o projeto é o primeiro passo. [...] Ele deve ser algo concreto, próximo à experiência pessoal das crianças, interessante e importante para ela e “denso” em significados potenciais (emocionais e intelectuais), de modo a ser rico em possibilidades para a atividade variada durante diferentes partes do dia e para manter o interesse a longo prazo. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p.257)

Após a definição do tópico, os autores definem mais quatro elementos que compõem o projeto de estudos em profundidade, que podem ser repetidos diversas vezes e também não possuem uma ordem sequencial. São eles:

Exploração: o projeto é introduzido como uma *provocação*, um evento ou atividade estimulante que faz com que as crianças pensem sobre o tópico. O evento inicial deve evocar muitas imagens e sentimentos a ser inspirador. [...] tanto as crianças quanto os professores devem estar abertos a novas ideias.

Organização: as ideias e questões das crianças são desenvolvidas em atividades de aprendizagem para provocar uma exploração adicional que ajuda a focalizar e expor novas ideias.

Discussão/representação: [...] as soluções, respostas e reações das crianças às atividades são compartilhadas entre as crianças e observadas pelos professores. As ideias atuais das crianças são comparadas e contrastadas com as ideias iniciais e com as ideias de seus professores.

Experiência Conclusiva: [...] uma experiência culminante ocorre. Esta é uma espécie de celebração, um meio simbólico de reconhecer o que foi conquistado e aprendido pelo grupo [...]. Com frequência, o evento culminante pode tornar-se uma mola propulsora para novos projetos e ideias [...]. Depois, os professores conduzem uma avaliação com as crianças e com outros membros da equipe. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p.257-258)

Nos projetos em Reggio Emilia a aprendizagem necessita de conexões entre as crianças, seus familiares e a comunidade. Para Edwards, Gandini e Forman (1999) essa abordagem de projeto tornou-se uma forma de fazer conexões entre currículo e sala da aula através associação de ideias e atividades, proporcionando a classe uma percepção de comunidade e integridade de forma significativa durante os avanços dos projetos.

Edwards, Gandini e Forman (1999) trazem ao texto seis tipos de conexões baseados em seus projetos:

Conexões através do Ambiente da sala de aula: ao dispor diversos materiais em sala de aula as crianças fazem conexões com seu ambiente através de brincadeiras e atividades que propiciam oportunidades de discussão com seus pares. As crianças menores necessitam de materiais concretos para a absorção de conhecimentos, objetos já conhecidos das crianças em novos contextos concebe novas associações.

Conexões ao longo do tempo (passado, presente e futuro): para que as crianças possam fazer conexões ao longo do tempo é necessário oportunizar atividades em etapas, que possam ser retomadas e continuadas no dia seguinte, fazendo com que as crianças variem suas experiências e reflitam de novas maneiras suas tarefas.

Conexões de experiências externas e escolares: a conexão entre casa e escola é muito importante, pois faz parte de uma educação de qualidade, mas aqui as experiências externas podem ser a família, a comunidade e a cultura em que a

criança está inserida. As experiências externas também podem servir de impulso para novas ideias e atividades.

Conexões entre as crianças: oportunizar momentos de discussão e compartilhamento de ideias entre as crianças são importantes para que elas construam senso de coletividade. As atividades em grupo e o compartilhamento de materiais entre as crianças faz com que também dividam suas experiências e emoções.

Conexões entre os interesses de professores e de crianças: as crianças são muito interessadas em seus professores e querem saber detalhes sobre a vida deles, por isso se faz necessário esta conexão entre crianças e professores, para que dividam experiências e interesses, criando um sentimento de pertencimento. É importante que os professores não imponham suas ideias sobre as crianças, mas sim compartilhem.

Conexões entre eventos, ideias e sentimentos através da representação e documentação: a representação possui diversas finalidades, algumas delas são: fazer com que as crianças reflitam e interpretem suas experiências, recordem de situações, criem um senso de história e comuniquem suas ideias. As formas de representações variam de significado, sendo um tipo relevantes para as crianças e outro para os adultos. A documentação pode ser feita através de anotações, desenhos, vídeos e fotografias, sendo expostos em murais para que momentos importantes sejam lembrados, refletidos e discutidos por crianças e professores, trazendo novas ideias pra novos projetos e atividades.

A abordagem de Reggio Emilia para a elaboração de projetos com crianças da Educação Infantil possibilita a reflexão e a inspiração para criar novas possibilidades tanto para as crianças como para os professores e embora seja altamente mencionada no Brasil como uma inspiração para a organização de projetos na Educação Infantil, distancia-se da concepção presente na PP de Pinhais.

A Proposta Pedagógica de Pinhais (2013) apresenta ainda quatro pilares da educação defendidos pela UNESCO (2010), aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver, segundo a mesma, tais pilares são fundamentais para a construção do conhecimento inter relacional.

O primeiro pilar apresenta a criança como um ser que é capaz de desenvolver a autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal, a partir do seu potencial de raciocínio, aptidão física e de comunicação.

A cultura da criança é valorizada através do segundo pilar, que possibilita aprofundar-se em um determinado tema buscando soluções para certos problemas em diversas áreas do conhecimento.

O terceiro pilar revela que a criança precisa aprender seguindo determinada ordem, para que seu conhecimento aconteça de forma gradativa, contemplando vivências coletivas e individuais de aprendizagem.

Por fim, o item “aprender a conviver” expressa a necessidade que a criança tem em se socializar com o meio onde vive, bem como, com o meio em que acaba de descobrir, como sua primeira sala de aula.

Por mais que a PPC traga como proposta de trabalho, os quatro passos da UNESCO, as cinco etapas da pedagogia Histórico-Crítica, e em consonância com a pedagogia de projetos, observa-se que há certa incoerência entre elas.

Por um lado, os quatro passos nos indicam que a criança irá aprender a “ser, conhecer, fazer e conviver”, ou seja, entende-se que é uma proposta de educação de certa forma integral, que irá ajudar no desenvolvimento da criança em quatro âmbitos. Também identifica-se que essa visão toma as crianças como seres idênticos, normatizados e como tábulas rasas, como se enquanto sujeitos sociais que são não pudessem ser consideradas como já “sendo” alguém importante no mundo, tendo conhecimentos sobre ele, agindo e convivendo.

Analisando as cinco etapas da pedagogia Histórico-Crítica vê-se outro caminho, a proposta é considerar o que a criança já traz consigo e a partir de um tema novo, explorar o que ela consegue desenvolver através de ferramentas e subsídios educativos, juntamente com a ação do educador, contudo em uma lógica de trabalho escolar e voltada para as crianças maiores e não para os bebês e para as crianças bem pequenas.

E na pedagogia de projetos, determinada por três questionamentos “O que sabemos? O que queremos saber? e O que aprendemos?” (PINHAIS, p. 79) é possível considerar semelhante à pedagogia Histórico-Crítica, pois as crianças são questionadas sobre o que sabem e o que desejam saber, e ao fim apresentam o que aprenderam, por mais que não esteja descrito nos três itens em que a pedagogia de projetos segue, a mesma defende a problemática da criança enquanto ela estipula o que deseja alcançar através do conhecimento, e a instrumentalização fica a cargo do educador. Nessa concepção os saberes das crianças podem ou não ocupar espaço importante, assim como as demais experiências que compõem a infância,

como a brincadeira, também correm o risco de não serem contempladas. Sendo assim, a ideia de projeto nos parece a mais interessante, mas a centralidade nas atividades de cunho científico pode desconsiderar aspectos centrais do trabalho com as crianças de 0 a 5 anos.

Buscando analisar os eixos da Proposta Política Pedagógica, através de um olhar crítico, visando investigar o que é favorável à Educação Infantil, e também o que não soma à mesma, observamos o eixo VIII Filosofia, descrito a partir da página 166 da PPC.

Segundo a PPC, o ensino da filosofia para crianças é válido, pois tem um caráter de interferência no processo de aprendizagem, de modo que ensina as crianças a filosofar, exercitar o pensamento, refletir suas práticas, e colocar em evidência os seus ideais.

O presente eixo defende que

O trabalho envolvendo a Filosofia na Educação Infantil possui um aspecto inovador, mas ao se analisar os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças percebe-se que nesse período elas realizam indagações filosóficas diariamente, questionando situações nas quais os adultos não se atentam mais, como: “Por que a noite é escura?”, “Como as borboletas tomam banho?”, “Por que devemos dormir?”, entre outras indagações que permeiam a infância e que trazem consigo toda a curiosidade e inovação peculiar desta fase. (PINHAIS, 2013, p. 167)

A partir dessa observação, vemos que a proposta tem a intenção de apresentar para as crianças a filosofia a partir de conversas comuns do dia a dia, porém ao estudar a parte teórica do eixo é possível observar que a proposta de atividade a ser conduzida nada mais é que uma interpretação da narrativa, texto, ou música, dependendo de qual for o objeto disparador da atividade, e não uma análise de cunho filosófico como dito anteriormente.

O exemplo descrito na proposta apresenta a canção infantil “Sapo não lava o pé”, como gatilho para questões a serem debatidas, cabendo ao professor mediar este momento instigando respostas às perguntas do tipo “por que o sapo não lava o pé?” (PINHAIS, 2013, p. 168).

Outro ponto bem marcante neste eixo observado é a presença da afirmativa que diz que é a partir da filosofia que a criança aprende o que é certo e o que é errado, a partir de vivências e discussões em roda, de modo a estar confortável, que a ela observa e analisa atitudes corretas ou não.

Porém, em nenhum momento a mesma proposta nos apresenta o que são atitudes erradas e certas, pois cada indivíduo está inserido em uma cultura, e há divergências entre elas, ou seja, atitudes corretas para determinado povo, pode não ter o mesmo efeito a outro. Não respeitando aí a individualidade da criança, da família e do meio em que ela vive, contradizendo então a afirmativa presente variadas vezes no corpo do texto.

Destaca-se também a importância de analisar os objetivos do Eixo VIII Filosofia, os quais fazem relação com outros eixos, tornando-se redundantes e irrelevantes ao caráter proposto inicialmente.

No conteúdo “Amizade e convivência” quando sugere-se que as crianças vivenciem a amizade envolvendo o respeito e o diálogo entre as pessoas, visando atitudes de alteridade gradativamente (PINHAIS 2013, p. 166), observa-se que há semelhanças aos conteúdos do Eixo VII Relações com o mundo social e histórico-cultural, o qual preza por uma comunidade de afeto que respeite a cultura local e de outros grupos sociais.

Em relação aos conteúdos e objetivos propostos, observa-se que há uma certa imposição, pois o planejamento deve ser feito conforme o tema do projeto, porém os objetivos devem ser exatamente o que rege a PPC. Ou seja, o currículo “flexível e dinâmico” apresentado inicialmente começa a se contradizer neste momento. A proposta fornece uma tabela com conteúdos e objetivos a serem alcançados dentro do eixo, o educador deve elaborar o projeto com base no interesse da criança, e as atividades propostas devem ser adaptadas aos objetivos descritos. Porém, observa-se que estes objetivos podem ser vistos apenas como o ponto de chegada da criança, e não há uma descrição de como chegar até este ponto, ou seja, o educador, precisa fazer com que a criança atinja o proposto, mas não tem conhecimento, se for ter como base apenas a PPC, para cumprir o que é necessário.

Como a Proposta Pedagógica Curricular não apresenta o caminho que a criança pode percorrer, ela também não respeita a individualidade da criança, subentende-se que a mesma trata as crianças como seres iguais, não diferindo uma criança com dificuldades de aprendizagem daquelas que adquirem o conhecimento com facilidade, inviabilizando as dificuldades das diversas infâncias.

Considerando os aspectos acima, pode-se afirmar que a proposta valoriza a dimensão do ensino e deixa de lado a dimensão lúdica, não possibilitando a brincadeira livre, e sim dirigida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o histórico, observamos que a Educação Infantil no decorrer do tempo vem evoluindo de forma gradativa nos aspectos sociais, conquistas, valorização da criança, do profissional e do seu reconhecimento como etapa da Educação Básica.

A melhora do atendimento ao público a quem se destina foi crescendo quando a Educação Infantil passou a ser vista como direito da criança e não como favor às mães. Quando a mesma passou a ter uma concepção única independente da classe social das crianças, ainda que na letra da lei.

Diante da pesquisa realizada nesse período observamos como a Proposta Pedagógica Curricular de Pinhais faz referências ao que foi dito acima, como ela apresenta a criança e de que maneira como se desenvolve.

Através da análise, constatamos que a proposta considera as orientações presentes nas DCNEI em relação ao conceito de infância, bem como segue o documento em questão como subsídio para fornecer a sua base teórica. Em contrapartida, ao longo da segunda parte do documento, a qual compreende conteúdos e objetivos e faz referências a RCNEI, tornando a proposta fechada, diretiva e de certa forma ultrapassada, visto que o documento que deveria servir como base são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

No entanto, há no texto diversas incoerências. Inicialmente a proposta apresenta em sua fundamentação teórica uma diversidade de possibilidades e orientações de como trabalhar com a criança valorizando as suas características, potencialidades, capacidades e sua cultura. Também sugere o envolvimento da criança com o meio como forma de educar defendendo a pedagogia histórico crítica.

No segundo momento a proposta apresenta tabelas que organizam os conteúdos e objetivos a serem trabalhados com cada faixa etária, a fim de auxiliar os educadores na elaboração dos planejamentos, entretanto é visto que tais tabelas tornam-se diretivas e fechadas, não há espaço para o educador estabelecer

objetivos com os quais contemplaria a atividade proposta. Esta forma de organização não atende as individualidades das crianças, entendendo que todas possuem a capacidade igual de aprender dentro do mesmo espaço e tempo determinado.

O documento analisado faz menção à educação especial, porém como parte externa à Educação Infantil. Sugere que a inclusão permite a interação entre todas as crianças mediante atividades relacionadas às suas especificidades, como LIBRAS e BRAILE, e visitas às instituições que atendam o público alvo da educação especial.

Sobre os conteúdos explanados na proposta, analisamos em especial o eixo VIII Filosofia e concluímos que este não respeita a epistemologia do termo e não considera todo o arcabouço teórico sobre filosofia para crianças, apresentando uma nova forma de introduzir este tema para as crianças de 3 a 5 anos.

Também vimos como a proposta sugere o trabalho com os bebês, na questão teórica faz encaminhamentos a fim de proporcionar ao bebê descobertas e desafios para que conheça o seu meio, porém, novamente, a tabela de objetivos e conteúdos se torna mandatária e fechada para esses conceitos, então ela acaba não respeitando o desenvolvimento e a individualidade da criança como ser único, indicando que o educador prepare atividades que proporcionem a criança apenas a conhecer o seu próprio corpo.

Ao finalizar o trabalho, indicamos que a análise desenvolvida seja utilizada como forma de conhecer a Proposta Pedagógica do Município de Pinhais através de uma perspectiva que respeita esta etapa da Educação Básica, visando a idade das crianças presentes, bem como seus avanços e suas conquistas. Fica como indicativo de continuidade ouvir as profissionais da rede municipal de ensino, elencando as suas opiniões fundamentando-as com recurso teórico, e também analisar cada item da presente proposta e observar como ela acontece nos espaços de educação infantil a quem se destina. Gostaríamos de salientar que a entrevista com os profissionais da rede esteve em nossos planos desde o começo da realização deste trabalho, mas que por termos um tempo determinado pela Universidade para a realização do estudo optamos por abrir mão deste procedimento e focar na análise documental, que se mostrou altamente relevante.

REFERÊNCIAS

ARTES, A.; UNBEHAUM, S. Escritos de Fúlvia Rosemberg. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. Cortez, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 2015.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Edições 70 Persona, 2009.

BARBOSA, Maria, C, S. Os resultados da avaliação de propostas curriculares para a educação infantil dos municípios brasileiros. Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer Nº. 020/2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de Dezembro de 2009, Seção 1, Pág. 14.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, 2009.

CERISARA, Ana B. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345.

EDUARDES, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Tradução: Dayse Batista. Artmed. Porto Alegre, 1999.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio. Tradução: Jussara Haubert Rodrigues. Artmed. 5 ed. Porto Alegre, 1998.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, dezembro/1997.

KRAMER, S. A política do pré-escolar: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

KULMMANN, Moysés. Jr. Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica. *Educação Assistencialista*. Editora Mediação. 6ª edição. Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Zilma, de M. R. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?. *Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte, nov 2010.

PAULA, Rubian M. de. O currículo na Educação Infantil de Municípios do Paraná – Brasil: Análise de documentos para a educação de crianças pequenas. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2015/m2015_Rubian%20Mara%20de%20Paula.pdf> Acesso em: 30/04/2018.

PINHAIS, Secretaria Municipal de Educação de. Proposta Pedagógica Curricular para Educação Infantil. Pinhais, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo uma reflexão sobre a prática. Ed. Artmed. 3ªed. Porto Alegre, 2000.

SILVA, Tomaz T. da. Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica. 3ª edição. 3ª reimp. Belo Horizonte, 2011.

APÊNDICE 1 – LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Levantamento de produções com palavra-chave Currículo & Educação Infantil. Plataformas: Capes, Scielo e Google Acadêmico.

Título: Currículo em ação e educação infantil: análise comparativa sobre concepções e práticas de professoras de duas realidades socioeconômicas diversas		
Autor/a: Aline Paes de Barros	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Dissertação	Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Palavras-chave: Currículo, Educação Infantil, Realidades diversas.	Orientador/a: Regina Lucia Giffoni Luz de Brito	
Resumo: A dissertação refere-se ao currículo em ação da educação infantil em duas realidades socioeconômicas diversas que se orientam pelo mesmo currículo oficial. O estudo investiga concepções e práticas apresentadas por professoras de educação infantil dessas duas realidades, uma escola particular e uma escola conveniada à prefeitura de São Paulo. Foram sujeitos participantes cinco professoras de cada uma das escolas e a escuta foi realizada a partir de questionários e entrevistas individuais realizadas pela pesquisadora. O trabalho parte de um resgate histórico acerca do atendimento da educação infantil brasileira que evidencia um tratamento diferenciado às crianças, determinado a partir de contextos socioeconômicos. Em seguida, a teorização acerca do currículo em ação respalda as questões sobre as práticas educacionais e, mais especificamente, as ações na educação infantil atreladas ao percurso traçado pelas orientações curriculares do Ministério da Educação (MEC). Uma análise documental sobre o currículo oficial em questão e a contextualização das duas escolas permite estabelecer uma relação entre o escrito, o contexto e a fala das professoras. Os resultados possibilitam entender no que se diferenciam e no que se assemelham estas realidades, evidenciando a influência dos contextos e das peculiaridades de cada local. Contudo, o estudo permitiu também verificar que, enquanto o currículo em ação da escola particular molda-se a partir das demandas trazidas pelas famílias que demonstram priorizar práticas escolares precoces, as ações da escola conveniada demonstram ter mais autonomia, porém trazem resquícios assistencialistas no trato com as crianças e com suas próprias famílias. Não obstante, ambas as escolas evidenciaram grande compromisso com a causa da infância, que se revela nas falas das professoras.		

Título: A produção acadêmica em currículo no Brasil (2004-2013)		
Autor/a: Edilaine Cesar	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Dissertação	Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Palavras-chave: Currículo, Proposta curricular, Produções acadêmicas, estado da arte.	Orientador/a: Branca Jurema Ponce	
<p>Resumo: A presente pesquisa visa contribuir para o estado da arte das produções acadêmicas em Currículo, no período compreendido entre 2004-2013. Tem como objetivo geral traçar um panorama preliminar sobre o assunto, procurando destacar aspectos, dimensões e particularidades identificados no processo de organização dessas produções. Dois objetivos específicos orientaram a pesquisa: a) realizar um mapeamento do material bibliográfico que versa sobre currículo; e b) identificar as principais temáticas abordadas nessas produções. Por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental produziu-se o mapeamento das produções publicadas em artigos científicos dos estratos A1, A2, B1, B2 e B3; de livros; e de teses de doutorado e dissertações de mestrado em todo o território nacional. Por meio da pesquisa, foi possível constatar um aumento expressivo de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e livros que versam sobre o tema, com destaque para a região Sudeste, responsável pela maior parte das produções sobre o tema no período analisado. O Currículo tem demonstrado sua legitimidade enquanto uma área de conhecimento abrangente que envolve diferentes saberes e práticas, ao mesmo tempo que legitima as questões históricas, sociais, políticas e econômicas em sua constituição, sendo possível a identificação de uma perspectiva de mudanças das ações educacionais.</p>		

Título: Educação infantil e currículo: o lugar de crianças, famílias e professoras no currículo de uma instituição de educação infantil de Imperatriz-maranhão		
Autor/a: Karla Bianca Freitas de Souza	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): tese	Instituição: Universidade Federal do Ceará
Palavras-chave: Educação Infantil, Currículo, Participação	Orientador/a: Silva Helena Vieira Cruz	
<p>Resumo: Esta tese aborda o lugar de crianças, famílias e professoras no currículo da educação infantil, evidenciando como cada um desses sujeitos participa do cotidiano e da organização do trabalho pedagógico. O estudo foi desenvolvido em uma instituição municipal de educação infantil da cidade de Imperatriz no Maranhão que atende crianças de 0 a 4 anos de idade. O</p>		

objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender o lugar ocupado por crianças, famílias e professoras na construção do currículo de uma instituição de Educação Infantil em Imperatriz- MA, considerando as perspectivas de cada um desses sujeitos, diante das determinações da Secretaria Municipal de Educação em parceria com uma empresa privada de ensino. Para tanto, os aportes teóricos que deram sustentação a todo o trabalho investigativo baseiam-se em um referencial teórico interdisciplinar pautado na Sociologia da Infância, a partir da qual foi possível refletir sobre a infância como categoria genérica na qual estão inseridas crianças concretas, resultado de construções sociais, que são atores sociais com voz e produtores de cultura (CORSARO, 2002, 2011; SARMENTO, 2007, 2008; PROUT, 2010); na Pedagogia da Infância, tendo como eixo principal a participação que se constitui como a organização de espaços e tempos no qual os diferentes sujeitos do processo educativo dialogam, interagem e convivem em um clima de permanente colaboração (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2011); e os estudos curriculares, apontando que o currículo sofre determinações políticas, econômicas, sociais e culturais (APPLE, 2006; GIROUX, 1986, 2005), compreendido como ações que emergem entre crianças e adultos, e que acontece também na participação das crianças nos processos educacionais. Discutem-se a infância, a educação infantil e o currículo na educação infantil com ênfase na participação de cada um dos sujeitos do processo educativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: observação do cotidiano da instituição; entrevistas semiestruturadas com as professoras, coordenadora e diretora; grupo focal com as famílias; e escuta das crianças por meio de histórias para completar. Os dados revelam que o currículo desenvolvido na instituição pesquisada sofre influência do material da Projecta (empresa privada de ensino) que entre 2009 e 2013 passou a ser a grande referência para a prática pedagógica na educação infantil no município de Imperatriz. Como decorrência, o lugar de crianças, professoras e famílias na construção do currículo é bastante limitado haja vista que são muitas as imposições e relações de poder que direta ou indiretamente segregam os sujeitos e colocam-lhes em uma posição passiva diante dos interesses do sistema de ensino. Contudo, no que tange ao currículo em ação, o estudo aponta para a importância e a competência dos sujeitos do processo educativo e sinalizam para uma Pedagogia que põe a criança como centro de todo e qualquer processo educativo e como produtora de cultura a partir dos significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos.

Título: Práticas pedagógicas e a educação infantil: desafios e possibilidades

Autor/a: PATRICIA FERREIRA DE MORAIS

Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo):
DISSERTAÇÃO

Instituição:
PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE
SÃO PAULO

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de

Orientador/a: REGINA LUCIA GIFFONI LUZ DE BRITO

professores. pedagógicas. Currículo	Práticas	
<p>Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo verificar bem como compreender a interação que existe entre a prática pedagógica das professoras de Educação Infantil, sua formação continuada e a viabilização de um novo currículo. O caminho metodológico escolhido contempla a pesquisa qualitativa, lança mão da pesquisa participante e utiliza a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a pesquisa de campo, e, ainda, a técnica de grupo focal para recolhimento de dados e o questionário para traçar o perfil dos participantes. Os sujeitos pesquisados são professoras da Educação Infantil de uma escola particular confessional de São Paulo. Como resultado foi possível compreender que o universo educacional passou por grandes mudanças. A concepção de infância foi ressignificada, a Educação Infantil deixou de ser um lugar de assistência e se transformou em um espaço educacional, trazendo preocupações referentes ao processo de desenvolvimento das crianças. Neste novo cenário o professor é considerado o mediador que busca, por meio de um trabalho, pautado nas habilidades, articular aprendizagens com sentido, que sejam aplicáveis às diversas situações da vida pessoal e social e que tenham como ponto de partida e chegada a formação humanística. Desta forma, a prática pedagógica pode ser visualizada como um meio pelo qual se buscam a atualização, inovação, contextualização e viabilidade, deixando assim de engessar a espontaneidade, criatividade e genuinidade, que surgem durante os momentos de convivência na escola com as crianças. Diante das diversas tendências teóricas, ideológicas e práticas diferenciadas, espera-se que o professor, devidamente apoiado pela coordenação, especialmente em encontros de formação continuada, pelos demais membros da equipe gestora e pela instituição de ensino enquanto tal, assumam uma postura crítica e criativa para refletir sobre o que se apresenta, buscando assim, coerência entre a teoria e a prática em sua ação.</p>		

Título: Currículo para os pequenos: o espaço em discussão!		
Autor/a: Gizele de Souza	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Artigo	Instituição: Universidade Federal do Paraná
Palavras-chave: educação infantil; espaço escolar; currículo para crianças de zero a seis anos.	Orientador/a:	
<p>Resumo: O presente artigo se dispõe a apresentar algumas notas sobre trabalhos na área de educação, em especial de Educação Infantil, sobre a temática da organização do trabalho pedagógico, elegendo o espaço como eixo do debate. Foram selecionados textos de autores nacionais e estrangeiros, frutos de produções recentes publicadas em língua portuguesa.</p>		

A análise é feita, prioritariamente, a partir de contribuições advindas do campo da Geografia - em destaque para as reflexões de Milton Santos - e da História da Educação, por meio das considerações do pesquisador espanhol Antonio Viñao Frago. O objetivo é contribuir para o debate sobre currículo/propostas educativas voltadas à educação de crianças pequenas, assim como contribuir para as investigações sobre a temática do espaço escolar.

Título: O "LUGAR" DOS CONTEÚDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS TEXTOS AOS CONTEXTOS		
Autor/a: ELISIA KASPROWICZ	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): dissertação	Instituição: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Palavras-chave: educação infantil, currículo, conteúdos	Orientador/a: VERONICA GESSER	
<p>Resumo: O presente estudo está vinculado ao grupo de pesquisa Políticas Públicas de Currículo e Avaliação, cuja linha de pesquisa investiga questões relativas às Políticas para a Educação Básica e Superior do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí e identificou como os conteúdos do currículo de educação infantil presentes na literatura e diretrizes oficiais da área se traduzem nos discursos das professoras. Para coleta dos dados foram realizados dois grupos focais com professoras atuantes na educação infantil, na qual as falas foram transcritas, categorizadas e analisadas, a partir das indicações metodológicas de BARDIN (1977) e BARBOUR (2009). As diretrizes oficiais da área foram coletadas no site do MEC e localizados no texto o que consideravam como "conteúdo" para a educação infantil. Para estas duas análises foram utilizadas a análise de conteúdo, proposta por CHIZZOTTI (1998). Para empreender reflexões necessárias às análises, deram sustentação os seguintes autores: BARBOSA E HORN (2008), COLL ET AL (2000), DEHEINZELIN (1994), GESSER E RANGHETTI (2011), JUNQUEIRA FILHO (2005), KRAMER ET AL (1989), SACRISTÁN (1998), SACRISTÁN E GÓMEZ (2000), SILVA (1999), VALLS (1996) e ZABALA (1999). Os resultados apontaram que o discurso das professoras considera a importância dos conteúdos no currículo da Educação Infantil como "direção", porém mostrou-se inseguro e confuso em questões de ordem conceitual, bem como, de exemplificação. A pesquisa também revela alguns indicadores que podem servir para orientar propostas curriculares. A pretensão não é apresentar uma receita, ou ditar o que seja certo e errado, mas sim, reflexões que podem contribuir para estudos curriculares da área.</p>		

Título: Proposta pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate		
Autor/a: Sonia Kramer	Tipo de trabalho	Instituição:

	(dissertação, tese, artigo): artigo	
Palavras-chave: educação infantil, políticas públicas, proposta pedagógica, proposta curricular, infância	Orientador/a:	
<p>Resumo: O texto é fruto de estudo e discussão feita no interior da pesquisa sobre “Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro”. Tem como objetivo apresentar o referencial teórico elaborado para fundamentar a análise das propostas pedagógicas ou curriculares da educação infantil e de formação dos seus profissionais, elaboradas pelas secretarias municipais de educação. Inicialmente, o texto situa o tema e analisa algumas facetas da dimensão política que lhe é subjacente. A seguir, discute e problematiza o tema no campo da educação infantil, trazendo o debate presente em textos acadêmicos e documentos do MEC. Um foco especial do projeto é o resgate de trajetórias de profissionais e de propostas de trabalho realizadas por equipe.</p>		

Título: Currículo para a Educação Infantil: Uma Análise a partir dos Documentos Curriculares de Municípios Catarinenses		
Autor/a: DAIANA LUDVIG	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): dissertação	Instituição: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
Palavras-chave: Políticas públicas; Educação infantil; Documento curricular	Orientador/a: ROSANIA CAMPOS	
<p>Resumo: A presente pesquisa intitulada “Currículo para a Educação Infantil: uma análise a partir dos documentos curriculares de municípios catarinenses” tem como objetivo principal analisar os documentos curriculares das redes públicas municipais de Educação Infantil dos dez maiores municípios de Santa Catarina. É uma pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e está vinculada ao Grupo de Pesquisas em Políticas e Práticas para a Educação e Infância – GPEI, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Nesse processo, para responder ao proposto, definimos os objetivos específicos, quais sejam: a) analisar a organização e apresentação dos documentos curriculares municipais; b) analisar a concepção de: criança, educação infantil, ensino-aprendizagem-desenvolvimento e currículo; c) verificar os documentos mandatórios e orientadores que fundamentam os documentos municipais. Esta é uma pesquisa documental organizada a partir de duas ações principais: a) revisão bibliográfica e documental, do período de 2000 a 2015;</p>		

b) coleta e análise dos dados junto aos sites e diretamente nas secretarias municipais de educação. Para análise dos dados utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, referenciada por Bardin (2011). No que se refere à rede pública municipal de educação infantil pesquisada, destacamos que os dados remetem para a importância de discussões em torno da estratégia utilizada por esses municípios por meio de conveniamentos, visto que, essas redes conveniadas possuem administração própria, ou seja, seguem suas orientações e práticas independentes inclusive do documento curricular da rede pública municipal. Concomitantemente a esse fato, observou-se também que para cumprir a lei 12.796 de 2013 de obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, os municípios estão utilizando diferentes estruturas para o atendimento, entre prédios próprios, junto à creche, às escolas de ensino fundamental, em casas adaptadas e ONGs. Ou seja, torna-se relevante dialogar se o documento curricular municipal é capaz de compreender toda essa diversidade de atendimento, uma vez que ainda encontramos documentos curriculares elaborados a partir de listas de conteúdos baseados em datas comemorativas, além de não haver inclusive nem um consenso em relação à nomenclatura desse documento, variando entre diretrizes, planejamento, currículo e proposta. Para além desses dados, as análises indicaram que os documentos curriculares municipais para a educação infantil são elaborados a fim de subsidiar a prática educativa e que são organizados por meio da rotina institucional. Evidenciou-se também que, mesmo sendo a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil – DCNEI (2009) o documento mais citado, alguns documentos curriculares municipais seguem ainda a estrutura presente no Referencial Curricular Nacional – RCNEI (1998) no modo como são estruturados. No que se refere às concepções de criança, de educação infantil, de ensino-aprendizagem-desenvolvimento e de currículo, os documentos dialogam com as concepções definidas nas diretrizes nacionais, mas por vezes observamos tensões entre essas definições e a operacionalização da prática educativa cotidiana. Esse descompasso entre o definido nas concepções e o modo como o cotidiano da educação infantil é realizado evidencia a necessidade de continuidade nos estudos, bem como investigações e debates na área sobre o que define e orienta a prática educativa na educação infantil.

Título: O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MUNICÍPIOS DO PARANÁ - BRASIL: ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS

Autor/a: RUBIAN MARA DE PAULA

Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): dissertação

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo. Ação educativa.

Orientador/a: MARYNELMA CAMARGO GARRANHANI

Resumo: O objetivo da pesquisa foi compreender a organização dos currículos da Educação Infantil de municípios do Paraná. Para isto foi realizada a caracterização do currículo da Educação Infantil no Brasil, com base em teóricos da Educação Infantil (Abramovay e Kramer, 1987; Amorim, 1986; Aquino e Vasconcellos, 2005; Assis, 1987; Deheinzelin, 1994; Jobim e Souza, 1984; Kramer, 1982, 1986, 1991; Kuhlmann, 1999; Lopes e Sobral, 2014; Rosemberg, 2002; Spodek e Brown, 1998), em documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC). Realizou-se também um levantamento de estudos sobre a concepção de currículo, bem como sobre os processos de elaboração, planejamento, execução e avaliação do currículo da Educação Infantil em estudos científicos e em documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC). Os procedimentos metodológicos utilizados foram questionários com questões abertas e a análise documental de dez currículos da Educação Infantil de municípios do Paraná. A análise baseou-se num roteiro construído com base em Kramer (1999) e nos documentos do Ministério da Educação (MEC): Brasil (1996b, 2009a). Concluiu-se no estudo que, a partir da segunda metade da década de 2000, houve um fortalecimento no processo de constituição do currículo para a Educação Infantil, caracterizado pela ampliação nas publicações de documentos normativos e oficiais, assim como de estudos científicos relacionados ao tema. Também foi possível verificar que a maioria dos currículos analisados utiliza na escrita de seus textos de fundamentação as concepções teóricas e metodológicas orientadas pela DCNEI (2009). Mas, essas concepções, muitas vezes, não são consideradas na organização da ação educativa, a qual ainda está relacionada à organização do Ensino Fundamental e às áreas do desenvolvimento da criança. Assim, é possível afirmar que a fundamentação teórico-metodológica da maioria dos currículos não é coerente com a organização da ação educativa proposta

Título: CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Autor/a: JULIANA GUIMARAES AKURI	MARCELINO	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): dissertação	Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA)
--	-----------	--	---

Palavras-chave: Educação. Educação Infantil. Currículo. Implicações pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural.	Orientador/a: ELIEUZA APARECIDA DE LIMA
--	--

Resumo: A concepção de um currículo para a Educação Infantil promotor do máximo desenvolvimento humano das crianças de até 5 anos implica a superação dos modelos baseados nas práticas fragmentadas do Ensino Fundamental, ainda tão presentes nas escolas infantis. Para isso, requer a

participação de professores comprometidos com uma educação humanizadora, que compreendam o papel ativo da criança na sua aprendizagem, como sujeito que se apropria, mediado pelo professor, da riqueza cultural da humanidade e se desenvolve a patamares cada vez mais elevados. Frente a isso, os objetivos da investigação, em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília, foram refletir sobre o Currículo na Educação Infantil com base na Teoria Histórico-Cultural e deduzir implicações pedagógicas dessa corrente teórica para a organização curricular da escola de Educação Infantil. Com abordagem qualitativa, o estudo envolveu levantamento bibliográfico em diversas fontes digitais para conhecimento da produção na área e ampliou seu corpus com materiais de acervo particular e outros localizados em bibliotecas de instituições de Ensino Superior, buscando resposta à questão: Quais as implicações pedagógicas das proposições da Teoria Histórico-Cultural para pensarmos o Currículo na Educação Infantil? Delineando uma trajetória histórica e política da Educação Infantil no Brasil, este trabalho apresenta aspectos conceituais do currículo em geral e do Currículo na Educação Infantil, que constituem o pano de fundo para a apresentação de conceitos da Teoria Histórico-Cultural, fundamentais à compreensão do processo de humanização das crianças. Mediante análise desses fundamentos teóricos, são deduzidas implicações pedagógicas para a composição de um currículo orientador de práticas que favoreçam o desenvolvimento pleno das qualidades humanas em crianças da Educação Infantil. Associados às implicações pedagógicas, são destacados elementos para encaminhamentos didáticos na escola, enfatizando possibilidades de acesso das crianças à cultura produzida ao longo da história da humanidade. De modo geral, os resultados da pesquisa apontam para uma organização curricular relacionada às formas mais elaboradas de produção humana, objetivadas e materializadas nas artes, nas ciências, na filosofia e na linguagem. Isso exige conhecimento teórico por parte do professor para eleger e organizar intencionalmente os conteúdos da cultura a serem apropriados e objetivados pelas crianças. Dessa forma, considerando as regularidades e especificidades do desenvolvimento infantil, o professor promove e medeia vivências capazes de contribuir para a formação e o desenvolvimento máximo da inteligência e da personalidade das crianças na Educação Infantil.

Levantamento de produções com palavra-chave Educação Infantil & Proposta Pedagógica. Plataformas: Capes, Scielo e Google Acadêmico.

Título: PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAÇÃO ESCOLAR OU COMPENSATÓRIA?			
Autor/a: CARVALHO TOLEDO LIMA	BARBARA MARQUES	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Dissertação	Instituição: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Palavras-chave: Educação Infantil. Sociedade atual. Proposta pedagógica.	Orientador/a: HELOISA HELENA OLIVEIRA DE AZEVEDO
Resumo: A presente pesquisa de dissertação de mestrado objetiva discutir as concepções de criança, escola e professor de educação infantil delineadas em uma proposta pedagógica de uma instituição que atende crianças de zero a seis anos incompletos no município de Campinas. Através da epistemologia materialista histórico-dialética realizamos a análise da proposta pedagógica de tal instituição com vistas a identificar sua concepção de escola, criança e professor de educação infantil, utilizando a entrevista com professoras e orientadora pedagógica e análise dos documentos da instituição. Parte-se do pressuposto de que a educação infantil, atualmente, necessita superar os argumentos que a colocam como espaço na qual a educação deve acompanhar o desenvolvimento infantil, intervindo o mínimo possível e também aqueles que valorizam a potencialidade e formação de competências no aluno para atender às exigências do mercado. Com base nos pressupostos das teorias histórico-cultural do desenvolvimento humano e histórico-crítica da educação, foi possível compreender as contradições por quais perpassam a educação da infância na atualidade, propomos, com isso, contribuir com a defesa de que a educação infantil deve ser concebida como educação escolar, para que sejam valorizadas as práticas que efetivem o ensino e a aprendizagem através da transmissão do conhecimento sistematizado.	

Título: A EDUCAÇÃO INFANTIL, O TRABALHO DOCENTE E A PROPOSTA PEDAGÓGICA: experiência de Canavieiras/BA		
Autor/a: EMILIA CRISTINA AUGUSTO DOS SANTOS	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Dissertação	Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Palavras-chave: Educação Infantil;Trabalho Docente;Proposta Pedagógica;Currículo	Orientador/a: EMILIA PEIXOTO VIEIRA	
Resumo: Nos últimos anos, a Educação Infantil vem passando por processos de transformação no que se refere à forma como é compreendida, principalmente em sua função política e pedagógica, buscando (re)afirmar a sua identidade. As políticas públicas voltadas para essa etapa têm sido de grande importância para assegurar o direito à educação e, da mesma forma, a definir o perfil do profissional. O efeito dessas políticas na Educação Infantil e, conseqüentemente, no trabalho docente, resultou na reestruturação do fazer pedagógico, expresso no aumento da responsabilidade dos profissionais sobre seu trabalho e sobre o desenvolvimento das atividades para essa etapa. Diante dessa realidade, o presente trabalho teve como objetivos: dialogar e analisar com as docentes da Educação Infantil de três instituições públicas do município de Canavieiras/BA sobre o trabalho que realizam nessa etapa e a possibilidade de essa prática se concretizar em		

uma diretriz/proposta curricular para o município; identificar e analisar com as docentes, os conceitos de Educação Infantil, infância e de criança, a partir da discussão das diretrizes curriculares para a Educação Infantil; identificar e analisar com as docentes suas práticas educativas no contexto das crianças do município; propor a elaboração de uma proposta pedagógica para a Educação Infantil, a partir dos conhecimentos partilhados e troca de vivências nos círculos de cultura com as docentes das três instituições. Para análise do trabalho em questão, utilizamos as categorias contradição, mediação, hegemonia e trabalho intelectual, acrescidas de política educacional, educação infantil, diretriz curricular. A pesquisa se apoiou metodologicamente no referencial teórico construído por Gramsci, o que possibilitou a discussão e a reflexão acerca das contradições fundamentais da sociedade e da escola, de sua sustentação ou transformação em um determinado contexto histórico-político, no qual a tarefa educativa está inteiramente implicada. Como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1985), os dados são obtidos por meio de diálogo entre pesquisador e participantes. Os resultados mostraram que em todo processo coletivo, há necessidade de escolhas, mediante negociações com o grupo, e alguns debates demandaram maior aprofundamento em detrimento de outros. Dos temas debatidos com os sujeitos, teve destaque aqueles que envolviam a função da Educação Infantil, as concepções de criança e infância, o direito à educação ofertada e à qualidade no atendimento. As docentes mostraram consciência da importância das DCNEI para a organização da Educação Infantil e como documento orientador/normatizador dessa etapa, assim como, à sua condição de protagonista quanto à elaboração da diretriz/proposta curricular para o município. Também foi evidenciada a percepção clara da necessidade de sistematização e organização de um processo sólido e constante de formação continuada em serviço para as docentes que atuam nessa etapa por parte da Secretaria Municipal de Educação. Elas, as docentes, apresentam coerência quanto ao papel social e político que desempenham, apesar de ainda demonstrarem desafios na superação de termos relacionados com o afeto, a vocação e o amor. Contudo, os principais temas, necessários para compor uma proposta de diretriz para a Educação Infantil, foram discutidos entre o grupo numa perspectiva de reflexão-ação, o que serviu de base para a elaboração da minuta de diretriz (Apêndice I) para o município.

Título: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO		
Autor/a: KETIENE MOREIRA DA SILVA	Tipo de trabalho (dissertação, tese, artigo): Dissertação	Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Palavras-chave: Educação infantil, prática pedagógica, linguagens	Orientador/a: EMILIA FREITAS DE LIMA	
Resumo: O percurso histórico do atendimento educacional institucionalizado		

para crianças no Brasil resultou na proposta pedagógica que os documentos normatizadores elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) orientam atualmente para práticas pedagógicas de modo a assegurar: o educar, o cuidar e o brincar nas creches e pré-escolas - eixos que determinam condições fundamentais para a socialização e desenvolvimento das linguagens infantis. Propomos nesta pesquisa qualitativa, a reflexão sobre a prática pedagógica na educação infantil, após cinco anos da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), realizando uma pesquisa bibliográfica em dezoito periódicos acadêmicos da área de educação classificados no Qualis A 1 e Qualis A2, com o objetivo de identificar por meio de buscas em suas bases de dados, as publicações de artigos científicos com os seguintes descritores: educar, cuidar, brincar e linguagens. Os resultados que encontramos estão descritos e analisados no corpo desta pesquisa.